

EDITAL 003/2026

Licitação destinada à ampla participação

Modalidade	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026, egido pela Lei Federal nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento — RILC, pela Lei Complementar nº 123/2006, no que couber, e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 14.133/2021, apenas quando compatível com o regime jurídico das empresas estatais, além das demais normas aplicáveis à espécie.
Data de abertura da sessão	14/07/2026
Horário	09:00 hrs
Objeto	Constitui objeto do presente Edital a contratação de empresa para prestação de serviço continuado de outsourcing de impressão, por demanda, compreendendo o fornecimento, instalação, configuração, disponibilização e manutenção de parque tecnológico composto por 45 equipamentos novos, além dos respectivos softwares de gestão, contabilização e bilhetagem, com prazo de vigência de 48 (quarenta e oito) meses.
Processo SEI	202600059000402
Valor estimado	SIGILOSO
Tipo de Licitação	MODO DE DISPUTA: ABERTO
Local da Licitação	O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, através do site www.gov.br/compras .
Divulgação do Edital e seus Documentos	www.gov.br/compras e https://www.goiasfomento.com/ no link Acesso à Informação. Informações adicionais podem ser obtidas junto à CPL da GOIASFOMENTO, na Avenida Goiás, nº 91 – Setor Central – CEP: 74.005-010 - Goiânia – GO, telefone: (62) 3216-4979

PREGÃO ELETRÔNICO: 003/2026

Licitação destinada à ampla participação

Processo SEI 202600059000402

A AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S.A. — GOIÁSFOMENTO, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 159/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará sessão pública do Pregão Eletrônico nº 003/2026, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, em LOTE ÚNICO, com modo de disputa ABERTO, no dia, horário e local indicados na capa deste Edital, por meio do sistema Compras.gov.br.

A licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de outsourcing de impressão, por demanda, compreendendo o fornecimento, instalação, configuração, disponibilização e manutenção preventiva e corretiva de parque tecnológico composto por 45 (quarenta e cinco) equipamentos novos, de primeiro uso e em linha de fabricação, bem como o fornecimento dos respectivos softwares de gestão, contabilização, bilhetagem, monitoramento e digitalização com OCR, suporte técnico, peças, componentes, toners, fotocondutores, insumos e demais suprimentos necessários à execução contratual, excetuado o fornecimento de papel, conforme especificações constantes do Anexo I — Termo de Referência e demais anexos.

Integram este Edital, de forma inseparável, o Termo de Referência, a Matriz de Riscos, a minuta contratual e os demais documentos constantes dos autos do Processo SEI nº 202600059000402.

A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento — RILC, pela Lei Complementar nº 123/2006, no que couber, e pelas demais normas aplicáveis à espécie, observadas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

1. DA SESSÃO PÚBLICA

1.1. A sessão pública do Pregão Eletrônico será realizada por meio do sistema Compras.gov.br, no endereço eletrônico www.gov.br/compras, na data e no horário indicados no preâmbulo deste Edital.

1.2. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, em seus anexos e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília/DF.

1.3. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo próprio.

1.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública, respondendo pelo ônus decorrente da inobservância de mensagens, avisos, convocações ou de eventual desconexão.

1.5. Na hipótese de feriado, suspensão de expediente ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública na data designada, o certame será transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação expressa do Pregoeiro em sentido diverso.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de outsourcing de impressão, por demanda, para atender às necessidades de impressão, cópia e digitalização da Agência de Fomento de Goiás S.A. — GoiásFomento, conforme especificações, quantitativos, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, na Matriz de Riscos, na minuta contratual e nos demais anexos deste Edital.

2.2. A contratação compreende o fornecimento, instalação, configuração, disponibilização, manutenção preventiva e corretiva de parque tecnológico composto por 45 (quarenta e cinco) equipamentos novos, de primeiro uso e em linha de fabricação, bem como o fornecimento dos respectivos softwares de gestão, contabilização, bilhetagem, monitoramento e digitalização com OCR, suporte técnico, peças, componentes, toners, fotocondutores, insumos e demais suprimentos necessários à plena execução contratual, excetuado o fornecimento de papel.

2.3. A licitação será realizada em **lote único**, em razão da natureza integrada da solução, composta por equipamentos, softwares, licenças, manutenção, suporte técnico, reposição de peças e suprimentos, monitoramento, gestão de ativos, bilhetagem, contabilização e cumprimento de níveis mínimos de serviço.

2.4. A adoção de lote único visa preservar a interoperabilidade da solução, a responsabilidade integral da contratada, a eficiência da fiscalização contratual e a adequada apuração de falhas, evitando incompatibilidades técnicas, fragmentação de responsabilidades e prejuízos à continuidade dos serviços.

2.5. O critério de julgamento será o de menor preço global, observadas as especificações técnicas mínimas, os quantitativos estimados, os níveis mínimos de serviço, as obrigações da contratada e as demais condições previstas no Termo de Referência e neste Edital.

2.6. O Edital e seus anexos estarão disponíveis nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras e www.goiasfomento.com, sem prejuízo de outros meios oficiais de divulgação adotados pela GoiásFomento.

2.7. Informações adicionais poderão ser obtidas junto à área responsável pela condução do certame, observadas as regras de comunicação, impugnação e pedidos de esclarecimento previstas neste Edital.

2.8. Havendo divergência entre as informações constantes do registro da licitação no sistema Compras.gov.br e as constantes deste Edital e de seus anexos, prevalecerão as disposições deste Edital e de seus anexos.

3. DA ABERTURA

a. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.gov.br/compras.

b. Durante a sessão pública, a comunicação entre Pregoeiro e as Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

c. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

d. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação da Pregoeiro em contrário.

4. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

a. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5. DO ORÇAMENTO E DO PRAZO DE ENTREGA

5.1. O orçamento estimado da contratação terá caráter sigiloso, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento, sem prejuízo de sua juntada aos autos do processo administrativo.

5.2. A divulgação do orçamento estimado somente ocorrerá mediante justificativa expressa da autoridade competente, quando demonstrada sua conveniência para a adequada condução do certame.

5.3. O sigilo do orçamento não prejudica a divulgação das informações necessárias à formulação das propostas, especialmente especificações técnicas, quantitativos estimados, unidades de medida, condições de execução, níveis mínimos de serviço, critérios de medição e demais exigências previstas neste Edital e em seus anexos.

5.4. A GoiásFomento poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta, a compatibilidade dos preços ofertados com os valores de mercado, a composição dos custos e a adequação da solução ofertada às condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e na minuta contratual.

5.5. O contrato terá vigência de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data de sua assinatura ou da data indicada na Ordem de Serviço inicial, conforme definido no instrumento contratual.

5.6. A contratação já foi estruturada pelo prazo máximo previsto para sua execução, não se prevendo prorrogação ordinária ao final do período contratual, ressalvada eventual extensão excepcional, se juridicamente admitida, devidamente justificada, previamente autorizada pela autoridade competente e formalizada por instrumento próprio.

5.7. O prazo para entrega, instalação, configuração e disponibilização inicial dos equipamentos e softwares será de até 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço, conforme definido pela fiscalização contratual.

5.8. Caso não seja possível cumprir o prazo previsto no item anterior, a contratada deverá comunicar formalmente a GoiásFomento, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, indicando as razões do impedimento e o prazo necessário para regularização, cabendo à fiscalização contratual avaliar a justificativa apresentada.

5.9. A implantação inicial da solução deverá compreender, no mínimo, a entrega, instalação, configuração, testes de funcionamento, integração ao ambiente tecnológico da GoiásFomento e disponibilização operacional dos equipamentos, softwares, licenças, sistemas de gestão, contabilização, bilhetagem, monitoramento e digitalização com OCR.

5.10. O suporte técnico deverá observar os níveis mínimos de serviço previstos no Termo de Referência, com início de atendimento em até 2 (duas) horas úteis após a abertura do chamado e conclusão do reparo em até 4 (quatro) horas úteis, contadas do início do atendimento.

5.11. Caso o reparo não possa ser concluído no prazo previsto, a contratada deverá substituir provisória ou definitivamente o equipamento por outro de especificação igual ou superior, sem ônus adicional para a GoiásFomento.

5.12. O descumprimento injustificado dos prazos de entrega, instalação, atendimento, reparo ou substituição poderá ensejar glosas, aplicação de sanções e demais medidas administrativas cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

5.13. Caberá ao gestor e ao fiscal do contrato acompanhar, fiscalizar, registrar ocorrências e verificar a regular execução do objeto, inclusive quanto à implantação inicial da solução, aos níveis mínimos de serviço, à disponibilidade operacional do parque instalado e ao recebimento do objeto, nos termos deste Edital, do Termo de Referência e da minuta contratual.

6. DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios da GoiásFomento, conforme dotação orçamentária indicada nos autos do processo administrativo.

6.2. Para fins de custeio da contratação, a área competente indicou a rubrica contábil 8.1.7.06.00.00.087003 — Despesas de Aluguéis — Equipamentos, sem prejuízo de eventual atualização, complementação ou reclassificação contábil pela unidade responsável, antes da emissão do respectivo instrumento contratual.

6.3. A existência de dotação orçamentária não afasta a necessidade de observância dos critérios de economicidade, vantajosidade, compatibilidade dos preços com o mercado, regular liquidação da despesa e atesto da execução contratual, na forma prevista neste Edital, no Termo de Referência e na minuta contratual.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

a. Os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência, garantindo a alta disponibilidade operacional dos serviços de impressão, cópia e digitalização.

8. DO CREDENCIAMENTO, DA REPRESENTAÇÃO E DAS DECLARAÇÕES NO SISTEMA

8.1. Para participar do Pregão Eletrônico, o licitante deverá estar previamente credenciado no sistema Compras.gov.br e atender às condições de cadastramento exigidas pelo sistema, pelo SICAF e por este Edital.

8.2. O credenciamento implica responsabilidade legal do licitante pelos atos praticados no sistema eletrônico e presunção de capacidade para realização das transações inerentes ao certame.

8.3. A utilização de chave de identificação, senha ou outro meio de acesso ao sistema eletrônico é de exclusiva responsabilidade do licitante, inclusive quanto às transações realizadas diretamente ou por seu representante.

8.4. A GoiásFomento e o provedor do sistema não se responsabilizam por prejuízos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.5. Cabe ao licitante observar as regras operacionais do sistema eletrônico e providenciar, previamente, os meios técnicos necessários à sua participação no certame.

8.6. A representação do licitante será aferida pelos dados cadastrais constantes do sistema eletrônico, do SICAF e dos documentos de habilitação apresentados, sem prejuízo da possibilidade de o Pregoeiro solicitar instrumento de mandato, contrato social, estatuto, ato constitutivo ou documento equivalente, quando necessário à verificação dos poderes de representação.

8.7. Caso o licitante atue por procurador, deverá apresentar instrumento de procuração, público ou particular, com poderes específicos para a prática dos atos inerentes ao certame, admitida assinatura eletrônica válida ou outro meio de comprovação aceito pela legislação aplicável.

8.8. Caso o representante seja sócio, administrador, dirigente ou equivalente, deverá ser apresentado contrato social, estatuto, ato constitutivo ou documento equivalente que comprove seus poderes para representar o licitante e assumir obrigações em seu nome.

8.9. No cadastramento da proposta, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

- a) está ciente e concorda com as condições previstas neste Edital e em seus anexos;
- b) cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- c) sua proposta compreende a integralidade dos custos necessários à execução do objeto, inclusive equipamentos, softwares, licenças, instalação, configuração, manutenção, suporte técnico, peças, componentes, toners, fotocondutores, insumos e demais suprimentos necessários, excetuado o fornecimento de papel;
- d) não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Constituição Federal;
- e) não possui empregados submetidos a trabalho degradante ou forçado;
- f) cumpre, quando aplicável, as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social;
- g) não se enquadra em nenhuma das hipóteses impeditivas de participação previstas neste Edital;
- h) atende às exigências de integridade, idoneidade, ausência de conflito de interesses e demais condições previstas na legislação aplicável, no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento e neste Edital.

8.10. A falsidade de qualquer declaração sujeitará o licitante à desclassificação, à inabilitação ou às sanções cabíveis, sem prejuízo das demais medidas administrativas, civis e penais aplicáveis.

8.11. O preenchimento das declarações no sistema eletrônico não afasta o dever de apresentação de declarações, documentos ou comprovações complementares exigidos neste Edital, em seus anexos ou solicitados pelo Pregoeiro em diligência.

9. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

9.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, que atendam às condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, e que estejam regularmente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores — SICAF e no sistema Compras.gov.br.

9.2. A participação no certame dar-se-á exclusivamente por meio do sistema eletrônico, mediante utilização de chave de identificação e senha pessoal e intransferível.

9.3. O licitante será responsável por todas as transações realizadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, declarações e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por intermédio de representante.

9.4. O uso indevido das credenciais de acesso não implicará responsabilidade do provedor do sistema ou da GoiásFomento por eventuais prejuízos suportados pelo licitante ou por terceiros.

9.5. Caberá ao licitante acompanhar as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública, respondendo pelo ônus decorrente da inobservância de mensagens, avisos, convocações ou de eventual desconexão.

9.6. É responsabilidade do licitante conferir a exatidão de seus dados cadastrais nos sistemas utilizados para participação no certame, mantendo-os atualizados junto aos órgãos competentes.

9.7. A inconsistência, ausência ou desatualização de dados cadastrais poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante, quando comprometer a regularidade de sua participação ou a verificação das condições exigidas neste Edital.

9.8. Não poderão participar desta licitação ou contratar com a GoiásFomento, direta ou indiretamente:

- a) empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor, dirigente ou empregado da GoiásFomento;
- b) empresa suspensa de licitar e contratar com a GoiásFomento, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- c) empresa impedida de licitar e contratar com o Estado de Goiás, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- d) empresa declarada inidônea pela União, Estado, Distrito Federal ou Município, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- e) empresa incluída no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas — CEIS, quando a sanção produzir efeitos compatíveis com o impedimento de participação no certame;
- f) empresa constituída por sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, quando demonstrado intuito de burla à penalidade aplicada;
- g) empresa que possua, em seu quadro societário, dirigente ou responsável técnico com vínculo de parentesco, até o terceiro grau civil, com dirigente da GoiásFomento, empregado que atue na área responsável pela licitação ou contratação, ou autoridade do Estado de Goiás, quando configurado conflito de interesses;
- h) empresa cujo proprietário, sócio ou dirigente tenha encerrado vínculo com a GoiásFomento há menos de 6 (seis) meses, quando aplicável a vedação prevista na legislação ou no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento;
- i) empresa que se encontre em processo de falência, dissolução ou liquidação;
- j) empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo se demonstrada, por documentação idônea, a viabilidade econômico-financeira para cumprir as obrigações decorrentes da contratação;
- k) pessoa física ou jurídica que tenha participado da elaboração do Termo de Referência, do Edital ou de documento técnico essencial à contratação, salvo nas

hipóteses admitidas pela legislação e desde que inexistente vantagem indevida ou conflito de interesses;

l) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si no mesmo lote único;

m) pessoa jurídica cujo objeto social seja incompatível com o objeto da licitação.

9.9. A empresa em recuperação judicial poderá participar do certame desde que apresente documentação idônea apta a demonstrar sua viabilidade econômico-financeira para executar o contrato, admitida, conforme o caso, certidão emitida pelo juízo competente ou documento equivalente que ateste a aptidão da empresa para assumir obrigações contratuais.

9.10. As vedações previstas neste Edital aplicam-se também à participação indireta, por interposta pessoa, à tentativa de burla a sanção administrativa e às situações que caracterizem conflito de interesses.

9.11. Será assegurado tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, observadas as condições previstas neste Edital.

9.12. Para usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.13. Não fará jus ao tratamento diferenciado e favorecido o licitante que, embora se declare microempresa ou empresa de pequeno porte, incida em hipótese legal de exclusão prevista na Lei Complementar nº 123/2006.

9.14. A declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

9.15. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de habilitação, ainda que haja restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista.

9.16. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo legal para regularização, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

9.17. A não regularização da documentação no prazo legal implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, facultada à GoiásFomento a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou a revogação do certame.

9.18. O critério de desempate em favor das microempresas e empresas de pequeno porte observará os procedimentos realizados pelo sistema eletrônico e as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, considerando-se, para esse fim, o menor preço global do lote único.

10. DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO DO EDITAL

10.1. Qualquer pessoa poderá impugnar este Edital em até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

10.2. Os pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados ao Pregoeiro em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

10.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimento deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico, na forma indicada neste Edital e/ou no sistema Compras.gov.br, quando aplicável.

10.4. A impugnação não possui efeito suspensivo automático, sem prejuízo da possibilidade de suspensão do certame por decisão motivada do Pregoeiro ou da autoridade competente, quando necessária à preservação da legalidade, da competitividade ou da adequada condução do procedimento.

10.5. O Pregoeiro decidirá a impugnação com o apoio das áreas responsáveis pela elaboração do Edital, do Termo de Referência, da Matriz de Riscos, da minuta contratual ou de outros anexos, conforme a natureza da matéria questionada.

10.6. Os pedidos de esclarecimento serão respondidos pelo Pregoeiro, com apoio das áreas competentes, quando necessário, observado o prazo compatível com a regular condução do certame.

10.7. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimento serão divulgadas pelo mesmo meio utilizado para divulgação do Edital, ou por outro meio oficial admitido, vinculando a GoiásFomento e os licitantes.

10.8. O acolhimento de impugnação que implique alteração substancial do Edital ou de seus anexos exigirá a republicação do instrumento convocatório e a reabertura do prazo inicialmente estabelecido, salvo quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

10.9. Na contagem dos prazos previstos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, observando-se apenas os dias úteis.

10.10. Não serão conhecidas impugnações ou pedidos de esclarecimento apresentados fora do prazo, por meio diverso do previsto neste Edital ou sem identificação mínima do interessado.

11. DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1. A licitante deverá encaminhar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

11.2. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

11.3. A proposta terá validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública, salvo prazo superior indicado pela licitante.

11.4. A disputa ocorrerá pelo menor preço global do lote único, observadas as especificações técnicas, os níveis mínimos de serviço e as demais condições previstas neste Edital e em seus anexos.

11.5. Encerrada a fase de lances e eventual negociação, a licitante mais bem classificada deverá encaminhar proposta ajustada ao último valor ofertado ou negociado, no prazo fixado pelo Pregoeiro no sistema eletrônico.

11.6. A proposta ajustada deverá conter, no mínimo:

- a) razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail da licitante;
- b) identificação do representante legal;
- c) valor mensal e valor global da proposta para o período contratual;
- d) descrição da solução ofertada, compatível com o Termo de Referência;
- e) indicação de marca e modelo dos equipamentos ofertados;
- f) identificação dos softwares de gestão, contabilização, bilhetagem, monitoramento, gestão de ativos e digitalização com OCR, quando aplicável;
- g) forma de licenciamento dos softwares ofertados;
- h) prazo de validade da proposta;
- i) declaração de que o preço proposto inclui todos os custos necessários à execução integral do objeto, excetuado o fornecimento de papel.

11.7. A proposta deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução contratual, inclusive equipamentos, softwares, licenças, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, peças, componentes, toners, fotocondutores, insumos, suprimentos, transporte, logística, atualizações e demais despesas indispensáveis à execução do objeto.

11.8. Tributos, encargos, custos ou despesas omitidos, incorretamente cotados ou não discriminados serão considerados incluídos no preço ofertado, não sendo admitido pleito posterior de acréscimo a esse título.

11.9. A licitante será responsável pelo preço proposto, não podendo alegar erro, omissão, desconhecimento das condições de execução ou insuficiência de informações constantes do Edital para alterar o valor ofertado.

11.10. Para comprovação da compatibilidade da solução ofertada, o Pregoeiro poderá solicitar catálogos, datasheets, prospectos, folders técnicos, documentos oficiais do fabricante, planilhas de composição de custos ou outros documentos idôneos.

11.11. A documentação técnica apresentada deverá permitir a aferição objetiva do atendimento às especificações mínimas previstas no Termo de Referência.

11.12. A diligência não poderá resultar em alteração substancial da proposta, majoração do preço, substituição indevida da solução ofertada ou violação à isonomia entre as licitantes.

11.13. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências deste Edital e de seus anexos;
- b) não contemplarem a totalidade do lote único;
- c) não comprovarem o atendimento às especificações técnicas mínimas;
- d) apresentarem omissões relevantes, inconsistências técnicas ou informações insuficientes para aferição da solução ofertada;
- e) apresentarem preço manifestamente inexequível, quando não comprovada sua viabilidade;
- f) apresentarem preço simbólico, irrisório ou de valor zero;
- g) impuserem condições não previstas neste Edital;
- h) apresentarem vício insanável que comprometa sua validade, compreensão ou execução.

11.14. Falhas meramente formais poderão ser saneadas, a critério do Pregoeiro, desde que não alterem a substância da proposta, não majorem o preço ofertado e não comprometam a isonomia, a competitividade ou a legalidade do certame.

12. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO, LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1. A abertura da sessão pública ocorrerá automaticamente, por meio do sistema Compras.gov.br, na data e no horário indicados neste Edital.

12.2. Aberta a sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que:

- a) não atendam às exigências deste Edital e de seus anexos;
- b) apresentem descrição incompatível com o objeto;
- c) não contemplem a totalidade do lote único;
- d) estejam em desconformidade com as especificações técnicas mínimas do Termo de Referência;
- e) contenham preço manifestamente inexequível, quando não demonstrada sua viabilidade;
- f) apresentem preço simbólico, irrisório ou de valor zero;
- g) contenham vício insanável;
- h) identifiquem indevidamente o licitante, quando o sistema exigir sigilo ou anonimato da proposta.

12.3. A desclassificação será registrada no sistema, com indicação objetiva dos fundamentos.

12.4. Somente participarão da fase de lances os licitantes cujas propostas forem classificadas.

12.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

12.6. A disputa ocorrerá pelo menor preço global do lote único.

12.7. O modo de disputa será aberto, com apresentação de lances públicos e sucessivos, observadas as regras operacionais do sistema Compras.gov.br.

12.8. A etapa de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos e será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período.

12.9. A prorrogação automática será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente enquanto houver novos lances nesse intervalo.

12.10. O intervalo mínimo entre lances será de R\$ 50,00 (cinquenta reais), aplicável tanto aos lances intermediários quanto aos lances destinados a superar a melhor oferta.

12.11. Cada licitante poderá excluir, uma única vez, o último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após seu registro no sistema, quando constatada inconsistência ou inexequibilidade evidente.

- 12.12. Encerrada a etapa de lances, o sistema ordenará as propostas em ordem crescente de valores, considerando o menor preço global do lote único.
- 12.13. O Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, por meio do sistema eletrônico.
- 12.14. Encerrada a negociação, a licitante mais bem classificada deverá encaminhar proposta ajustada ao valor final ofertado ou negociado, no prazo fixado pelo Pregoeiro.
- 12.15. O julgamento será realizado pelo critério de menor preço global do lote único, observadas as especificações técnicas, os níveis mínimos de serviço, as condições de execução e as demais exigências previstas neste Edital e em seus anexos.
- 12.16. Será considerada vencedora a licitante que apresentar o menor preço global do lote único, desde que sua proposta seja aceita e sejam atendidas as exigências de habilitação.
- 12.17. A análise da proposta observará a compatibilidade entre o preço ofertado, as especificações do Termo de Referência, os níveis mínimos de serviço e os parâmetros de mercado apurados na fase preparatória, resguardado o sigilo do orçamento estimado.
- 12.18. O Pregoeiro poderá realizar diligências para verificar a conformidade da proposta, a exequibilidade dos preços e a compatibilidade técnica da solução ofertada.
- 12.19. Para fins de diligência, poderá ser solicitada a apresentação de catálogos, datasheets, prospectos, folders técnicos, documentos oficiais do fabricante, planilhas de composição de custos ou outros documentos idôneos.
- 12.20. A área técnica poderá ser consultada para manifestação quanto à compatibilidade dos equipamentos, softwares, licenças, funcionalidades e demais elementos da solução ofertada com o Termo de Referência.
- 12.21. A diligência não poderá resultar em alteração substancial da proposta, majoração de preço, substituição indevida da solução ofertada ou violação à isonomia entre os licitantes.
- 12.22. Havendo indícios de inexecuibilidade, o Pregoeiro poderá exigir que a licitante comprove a viabilidade da proposta, mediante apresentação de documentos, planilhas, notas fiscais, contratos, composição de custos ou outros elementos objetivos.
- 12.23. Caso exigida planilha de composição de custos, a licitante deverá apresentá-la ajustada ao valor final da proposta, sem majoração do preço global ofertado.
- 12.24. Erros formais no preenchimento da planilha poderão ser saneados, desde que a correção não altere a substância da proposta, não majore o valor global e não comprometa a isonomia entre os licitantes.
- 12.25. Serão admitidas falhas meramente formais que não comprometam a essência da proposta, a competitividade, a isonomia, a legalidade ou a adequada execução do objeto.
- 12.26. Não será admitida proposta que:
- a) deixe de contemplar a totalidade do lote único;
 - b) apresente especificações inferiores às exigidas no Termo de Referência;
 - c) condicione a proposta a evento futuro ou incerto;
 - d) imponha condições não previstas neste Edital;
 - e) esteja em desacordo com as regras do sistema eletrônico;
 - f) contenha vício insanável;
 - g) não comprove, quando solicitado, a compatibilidade técnica da solução ofertada;
 - h) não comprove, quando solicitado, a exequibilidade dos preços ofertados.
- 12.27. Não será exigida amostra física dos equipamentos na fase de julgamento, sem prejuízo da apresentação de documentação técnica suficiente à comprovação do atendimento das especificações mínimas previstas no Termo de Referência.

13. DA NEGOCIAÇÃO

- 13.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante mais bem classificada, por meio do sistema eletrônico, visando à obtenção de condição mais vantajosa para a GoiásFomento.

- 13.2. A negociação deverá observar o valor ofertado pela licitante, os parâmetros de mercado apurados na fase preparatória e o caráter sigiloso do orçamento estimado.
- 13.3. A negociação não poderá resultar em majoração do preço ofertado.
- 13.4. Havendo êxito, o valor final negociado deverá ser registrado no sistema e refletido na proposta ajustada.
- 13.5. A recusa em negociar não implicará, por si só, desclassificação da proposta, cabendo ao Pregoeiro avaliar sua aceitabilidade à luz deste Edital e de seus anexos.
- 13.6. Caso a proposta seja recusada de forma motivada, o Pregoeiro convocará a licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

14. DA FASE DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 14.1. Encerrada a negociação e aceita a proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, mediante consulta ao SICAF e análise dos documentos exigidos neste Edital.
- 14.2. O Pregoeiro verificará, previamente à habilitação, a existência de sanções ou impedimentos que restrinjam a participação da licitante ou sua futura contratação, mediante consulta, conforme o caso, ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas — CEIS, ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas — CNEP e a outros cadastros oficiais pertinentes.
- 14.3. A consulta poderá abranger a pessoa jurídica licitante, seus administradores e sócio majoritário, quando necessário à verificação de impedimentos, sanções, conflito de interesses ou tentativa de burla.
- 14.4. Havendo ocorrência impeditiva direta ou indireta, o Pregoeiro poderá realizar diligência para verificar a natureza da restrição, inclusive quanto a vínculos societários, sucessão empresarial, similaridade de objeto, composição administrativa e eventual tentativa de burla à sanção aplicada.
- 14.5. Antes de eventual inabilitação fundada em ocorrência impeditiva indireta, a licitante será convocada a se manifestar no prazo fixado pelo Pregoeiro.
- 14.6. Para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar:
- a) habilitação jurídica;
 - b) regularidade fiscal, social, trabalhista e previdenciária;
 - c) qualificação econômico-financeira;
 - d) qualificação técnica;
 - e) cumprimento das declarações legais exigidas;
 - f) inexistência de impedimento para licitar ou contratar com a GoiásFomento.
- 14.7. A habilitação jurídica será comprovada, conforme a natureza da licitante, por meio de:
- a) registro empresarial, no caso de empresário individual;
 - b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
 - c) documentos de eleição ou designação dos administradores, quando aplicável;
 - d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova de administração em exercício;
 - e) decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, quando exigível.
- 14.8. A regularidade fiscal, social, trabalhista e previdenciária será comprovada mediante apresentação ou consulta dos seguintes documentos:
- a) inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica — CNPJ;
 - b) regularidade perante a Fazenda Federal e a Dívida Ativa da União;
 - c) regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante e, quando exigível, do Estado de Goiás;
 - d) regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;
 - e) regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS;
 - f) regularidade perante a Seguridade Social, quando não abrangida pela certidão conjunta federal;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT, ou certidão positiva com efeitos de negativa.

14.9. Na hipótese de participação pela matriz com execução contratual por filial, ou vice-versa, a regularidade fiscal deverá ser demonstrada por ambas, exceto quanto às certidões emitidas exclusivamente em nome da matriz.

14.10. A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante apresentação de:

- a) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, emitida há, no máximo, 90 (noventa) dias, salvo se houver prazo de validade próprio;
- b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- c) comprovação dos índices de Liquidez Corrente — ILC e Liquidez Geral — ILG, ambos iguais ou superiores a 1,00 (um), acompanhada do respectivo memorial de cálculo, quando não for possível sua aferição direta pelos demonstrativos apresentados.

14.11. Caso a licitante apresente índice inferior a 1,00 (um), deverá comprovar capital social integralizado ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma admitida pela legislação e pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento.

14.12. A empresa em recuperação judicial ou extrajudicial não será inabilitada automaticamente, desde que comprove, por documentação idônea, sua viabilidade econômico-financeira para execução do objeto, admitida certidão emitida pelo juízo competente, plano de recuperação homologado ou documento equivalente.

14.13. A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a aptidão da licitante para execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, observadas as exigências, condições e parâmetros estabelecidos no Termo de Referência.

14.14. Os atestados deverão permitir a aferição da compatibilidade da experiência anterior da licitante com a solução pretendida, inclusive quanto à natureza dos serviços, período de execução e demais elementos necessários à avaliação técnica, nos termos do Termo de Referência.

14.15. GoiásFomento poderá promover diligências para verificar a autenticidade, suficiência e pertinência dos atestados apresentados, inclusive mediante solicitação de documentos complementares, contratos, notas fiscais, ordens de serviço, relatórios de execução ou outros elementos aptos à comprovação da experiência declarada.

14.16. A ausência de informações suficientes para aferição objetiva da qualificação técnica, quando não sanada após eventual diligência, poderá ensejar a inabilitação da licitante, observados o Edital, o Termo de Referência, o RILC e a legislação aplicável.

14.17. Para fins de diligência, o Pregoeiro poderá solicitar contratos, notas fiscais, ordens de serviço, relatórios de execução, declarações complementares ou outros documentos aptos a comprovar a veracidade e a compatibilidade da experiência apresentada.

14.18. A documentação exigida para habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, previdenciária e econômico-financeira poderá ser substituída, no que couber, por registro regular no SICAF, desde que as informações estejam válidas e disponíveis para consulta.

14.19. Documentos não contemplados, vencidos ou indisponíveis no SICAF deverão ser encaminhados pelo sistema eletrônico, no prazo fixado pelo Pregoeiro, admitida prorrogação mediante justificativa aceita.

14.20. A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos emissores de certidões constitui meio válido de comprovação para fins de habilitação.

14.21. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo para:

- a) complementação de informações relativas a documentos já apresentados e referentes a condição existente à época da abertura do certame;

- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) saneamento de erro ou falha formal que não altere a substância do documento nem comprometa sua validade jurídica.

14.22. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, ainda que haja restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista, observado o prazo legal para regularização.

14.23. Constatado o atendimento das exigências previstas neste Edital, a licitante será declarada habilitada.

14.24. Caso a licitante não atenda às exigências de habilitação, será inabilitada, e o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, repetindo-se o procedimento até a apuração de licitante que atenda integralmente ao Edital.

14.25. A falsidade de declaração, a apresentação de documento inidôneo ou a tentativa de burla às exigências de habilitação sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais medidas cabíveis

15. DAS DILIGÊNCIAS

15.1. O Pregoeiro poderá promover diligências, em qualquer fase do certame, para esclarecer, complementar ou confirmar informações constantes da proposta, dos documentos de habilitação ou de outros documentos apresentados pela licitante.

15.2. As diligências poderão contar com o apoio da equipe de apoio, da área técnica demandante ou de unidade especializada, conforme a natureza da matéria a ser esclarecida.

15.3. A diligência não poderá resultar em alteração substancial da proposta, majoração do preço ofertado, substituição indevida da solução apresentada, inclusão de documento essencial inexistente à época própria ou violação à isonomia entre os licitantes.

15.4. Será admitida a juntada de documento destinado a comprovar condição preexistente, desde que referente a fato anterior à abertura da sessão pública ou ao momento próprio de apresentação da documentação.

15.5. O não atendimento da diligência no prazo fixado pelo Pregoeiro poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação da licitante, conforme o caso.

15.6. As diligências, manifestações, documentos apresentados e decisões correspondentes deverão ser registrados no sistema eletrônico ou nos autos do processo administrativo.

16. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1. Declarada a licitante vencedora, qualquer licitante poderá manifestar, de forma imediata e motivada, a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo de 10 (dez) minutos.

16.2. A ausência de manifestação tempestiva e motivada importará decadência do direito de recurso e autorizará o prosseguimento do certame.

16.3. A intenção de recurso deverá indicar, de forma objetiva, o ato impugnado e os fundamentos mínimos da irrisignação, não sendo admitidas manifestações genéricas, intempestivas ou desvinculadas dos atos praticados no certame.

16.4. Admitida a intenção de recurso, a licitante recorrente deverá apresentar suas razões, em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo de 3 (três) dias úteis.

16.5. As demais licitantes ficarão intimadas, pelo próprio sistema, para apresentar contrarrazões em igual prazo, contado do término do prazo da recorrente.

16.6. Não serão conhecidos recursos ou contrarrazões apresentados fora do prazo, por meio diverso do sistema eletrônico ou sem observância das condições previstas neste Edital, salvo comprovada indisponibilidade do sistema.

16.7. O Pregoeiro poderá reconsiderar sua decisão, de forma motivada. Não havendo reconsideração, o recurso será instruído e encaminhado à autoridade competente para decisão.

- 16.8. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, preservados os demais atos regularmente praticados.
- 16.9. A decisão do recurso será registrada no sistema eletrônico e/ou nos autos do processo administrativo, com posterior prosseguimento do certame, conforme o caso.
- 16.10. A interposição de recurso com finalidade manifestamente protelatória poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste Edital, observado o contraditório e a ampla defesa.

17. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA:

- 17.1. Encerradas as fases de julgamento, habilitação e recursos, o objeto será adjudicado à licitante vencedora e o procedimento será submetido à homologação da autoridade competente.
- 17.2. A adjudicação observará o critério de menor preço global do lote único, desde que atendidas todas as condições de aceitabilidade da proposta, habilitação e demais exigências previstas neste Edital e em seus anexos.
- 17.3. A homologação do certame constitui ato de controle final do procedimento licitatório e não afasta a necessidade de formalização do contrato, nos termos deste Edital, da minuta contratual e da legislação aplicável.
- 17.4. Após a homologação, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, no prazo e nas condições definidos neste Edital e em seus anexos.
- 17.5. A recusa injustificada em assinar o contrato, no prazo fixado, poderá caracterizar descumprimento da obrigação assumida, sujeitando a licitante às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo da convocação das licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.
- 17.6. Após a homologação do certame, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da convocação.
- 17.7. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada da licitante vencedora e aceitação da GoiásFomento.
- 17.8. A assinatura do contrato ficará condicionada à manutenção das condições de habilitação, à inexistência de impedimento para contratar e ao atendimento das demais exigências previstas neste Edital e em seus anexos.
- 17.9. A recusa injustificada em assinar o contrato no prazo estabelecido caracterizará descumprimento da obrigação assumida e sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo da convocação das licitantes remanescentes.
- 17.10. Na hipótese de a licitante vencedora não assinar o contrato, a GoiásFomento poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para negociação e eventual contratação, nas condições admitidas neste Edital e na legislação aplicável.
- 17.11. A convocação de licitante remanescente não afasta a aplicação das penalidades cabíveis à licitante que descumprir a obrigação assumida.
- 17.12. A assinatura do contrato ficará condicionada, ainda, à reapresentação ou à validação, pela GoiásFomento, das certidões de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e do FGTS vigentes na data da celebração do instrumento contratual, sem prejuízo da consulta ao SICAF, CEIS, CNEP e demais cadastros oficiais pertinentes.

18. DOS TERMOS DO CONTRATO E GARANTIA

- 18.1. O adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 18.2. Será exigida da contratada garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, em uma das modalidades admitidas pela legislação aplicável e pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento.
- 18.3. A garantia deverá ser apresentada à GoiásFomento no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da assinatura do contrato, sob pena de caracterização de descumprimento contratual e adoção das medidas administrativas cabíveis.

18.4. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência contratual e abranger as obrigações principais e acessórias assumidas pela contratada, inclusive multas, glosas, indenizações, reparação de danos e demais valores eventualmente devidos à GoiásFomento em razão da execução contratual.

18.5. A GoiásFomento poderá utilizar a garantia para ressarcimento de prejuízos, correção de falhas, reparação de danos, cobertura de multas, glosas, indenizações ou outros valores de responsabilidade da contratada, após regular apuração e observados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

18.6. Utilizada total ou parcialmente a garantia, a contratada deverá recompor o valor integral no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da notificação formal da GoiásFomento.

18.7. A liberação ou restituição da garantia somente ocorrerá após o encerramento da vigência contratual, o recebimento definitivo do objeto, a comprovação do cumprimento das obrigações assumidas e a inexistência de pendências financeiras, técnicas, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais ou contratuais imputáveis à contratada.

19. DO PAGAMENTO

a. O pagamento será efetuado de forma mensal, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços de outsourcing de impressão, mediante crédito em conta-corrente de titularidade da empresa contratada.

b. A liquidação da despesa está estritamente condicionada à apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, que necessariamente deverá ser conferida, validada e atestada por responsável formalmente designado pela Gerência de Tecnologia da Informação (GETIN).

c. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura mensal, o Certificado de Regularidade junto ao FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, a prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

20. DA SUBCONTRATAÇÃO E ALTERAÇÃO SUBJETIVA

20.1. Não será admitida, sob nenhuma hipótese, a subcontratação total ou parcial do objeto licitatório. A CONTRATADA deverá executar todos os serviços com sua própria equipe técnica, seus próprios recursos logísticos e sua própria infraestrutura de atendimento.

20.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados rigorosamente pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original e haja a anuência prévia e expressa da Administração Pública à continuidade do contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O licitante ou contratado que descumprir obrigações previstas neste Edital, no Termo de Referência, na proposta, no contrato ou na legislação aplicável ficará sujeito às sanções administrativas cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

21.2. Poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da conduta e o prejuízo causado à GoiásFomento, as seguintes sanções: advertência; multa; suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a GoiásFomento, pelo prazo de até 2 (dois) anos; e demais medidas previstas na legislação aplicável e no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento.

21.3. A sanção de suspensão temporária poderá ser aplicada, sem prejuízo das multas cabíveis, ao licitante ou contratado que fraudar a licitação, frustrar o caráter competitivo do certame, apresentar documento falso, comportar-se de modo inidôneo, falhar na execução contratual ou praticar ato que comprometa a regularidade do procedimento ou da contratação.

21.4. Para fins de execução contratual, poderão caracterizar inexecução parcial ou total, conforme o caso: descumprimento dos prazos de atendimento técnico; não substituição de equipamento cujo reparo não seja concluído no prazo previsto; manutenção de equipamento com defeitos recorrentes;

ausência de estoque mínimo de suprimentos; falha na reposição de toners, fotocondutores, cilindros e demais insumos; indisponibilidade injustificada dos equipamentos, softwares ou sistemas da solução; descumprimento das obrigações de logística reversa; subcontratação, cessão ou transferência indevida do objeto; recusa ou atraso na apresentação de relatórios, medições, logs, registros de chamados ou informações necessárias à fiscalização; e descumprimento das normas de segurança da informação, sigilo, proteção de dados, acesso às instalações ou conduta de empregados e prepostos.

21.5. O descumprimento dos níveis mínimos de serviço, inclusive dos prazos de início de atendimento em até 2 (duas) horas úteis e conclusão do reparo em até 4 (quatro) horas úteis, quando não sanado no prazo fixado pela fiscalização contratual, poderá ensejar glosas, retenções, multas, aplicação de sanções e demais medidas administrativas cabíveis.

21.6. As glosas e retenções terão natureza de ajuste da medição ou de cautela administrativa e não afastam a aplicação das sanções cabíveis, quando configurada infração contratual.

21.7. A aplicação de sanção observará a natureza e a gravidade da infração, os danos causados à GoiásFomento, a reincidência, a vantagem auferida, a boa-fé da contratada e a suficiência das medidas corretivas adotadas.

21.8. A aplicação de penalidade não exime a contratada do dever de reparar, corrigir, substituir, refazer ou regularizar, às suas expensas, o objeto executado em desconformidade.

21.9. A fiscalização contratual deverá registrar as ocorrências relevantes e comunicar à autoridade competente as situações que possam ensejar glosa, retenção, penalidade, rescisão contratual ou outra medida administrativa cabível.

21.10. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, quando compatíveis, observado o devido processo administrativo, o contraditório e a ampla defesa

22. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

22.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão realizados, durante toda a vigência do contrato, por gestor e fiscal formalmente designados pela GoiásFomento, com apoio técnico da GETIN, competindo-lhes verificar o cumprimento das especificações técnicas, dos prazos, dos níveis mínimos de serviço, dos relatórios de medição, dos dados de bilhetagem, dos chamados técnicos e das condições de funcionamento dos equipamentos, sem prejuízo das demais obrigações previstas no Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

23.1. A participação neste certame implica conhecimento e aceitação das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, não sendo admitida alegação posterior de desconhecimento.

23.2. As licitantes são responsáveis pela fidelidade, legitimidade e veracidade das informações, declarações, propostas e documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

23.3. A GoiásFomento poderá, mediante decisão motivada, revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em razão de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

23.4. A homologação do certame não dispensa a convocação da licitante vencedora para assinatura do contrato, nem afasta a necessidade de manutenção das condições de habilitação e de inexistência de impedimento para contratar.

23.5. O contrato somente produzirá efeitos após sua regular formalização e publicação do respectivo extrato na imprensa oficial, quando exigida, nos termos da legislação aplicável e do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento.

23.6. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização da sessão pública na data designada, será observado o disposto neste Edital quanto à remarcação da sessão.

23.7. Na contagem dos prazos previstos neste Edital e em seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, prorrogando-se o prazo para o primeiro dia útil subsequente quando o vencimento recair em dia sem expediente na GoiásFomento ou no sistema eletrônico utilizado.

23.8. As normas deste Edital serão interpretadas de forma a preservar a competitividade, a isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa, a segurança da contratação e o atendimento ao interesse público.

23.9. O desatendimento de exigência meramente formal não implicará, por si só, o afastamento da licitante, desde que seja possível aferir a validade da proposta, a qualificação da participante e a inexistência de prejuízo à isonomia ou à segurança do procedimento.

23.10. Até a assinatura do contrato, a GoiásFomento poderá inabilitar licitante ou desclassificar proposta, mediante decisão fundamentada, caso venha a tomar conhecimento de fato ou circunstância que comprometa o atendimento às exigências deste Edital, a regularidade da participação ou a futura execução do objeto.

23.11. Na hipótese do item anterior, o Pregoeiro poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação e as regras previstas neste Edital.

23.12. É responsabilidade da licitante acompanhar todas as fases do procedimento no sistema eletrônico, inclusive mensagens, convocações, avisos, prazos, decisões, sessões públicas e solicitações de documentos ou esclarecimentos.

23.13. O processo administrativo relativo à presente licitação estará disponível aos interessados na forma da legislação aplicável, resguardadas as informações protegidas por sigilo legal, comercial, estratégico ou pelo sigilo do orçamento estimado.

23.14. Em caso de divergência entre as informações lançadas no sistema eletrônico e as disposições deste Edital e de seus anexos, prevalecerão as regras constantes deste Edital e de seus anexos, salvo ajuste formal expressamente promovido pela GoiásFomento.

23.15. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro ou pela autoridade competente, conforme o caso, com fundamento na Lei Federal nº 13.303/2016, no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento, na Lei Complementar nº 123/2006 e nas demais normas aplicáveis à espécie.

23.16. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Goiânia, Estado de Goiás, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim o foro de eleição

23.17. Integram este Edital, para todos os fins, os seguintes anexos:

Anexo I — Termo de Referência;

Anexo II — Matriz de Riscos;

Anexo III — Minuta de Contrato;

Anexo IV — Modelos de Declarações Obrigatórias;

Anexo IV.1 — Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

Anexo IV.2 — Declaração de Regularidade e Ausência de Impedimento;

Anexo IV.3 — Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

Anexo IV.4 — Declaração de Responsabilidade Socioambiental e Climática.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1- OBJETO

1.1. O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviço continuado de outsourcing de impressão, por demanda, para atender às necessidades de impressão, cópia e digitalização da GoiásFomento – Agência de Fomento de Goiás S/A.

1.2. A contratação compreende o fornecimento, instalação, configuração, disponibilização, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos novos, de primeiro uso e em linha de fabricação, bem como o fornecimento dos respectivos softwares de gestão, contabilização, bilhetagem, monitoramento e digitalização com OCR.

1.3. A solução deverá abranger, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) equipamentos, distribuídos da seguinte forma:

- a) 10 (dez) multifuncionais monocromáticas A4;
- b) 05 (cinco) multifuncionais policromáticas A4;
- c) 10 (dez) impressoras monocromáticas A4;
- d) 10 (dez) impressoras policromáticas A4; e
- e) 10 (dez) scanners de mesa A4.

1.4. A contratação também deverá contemplar sistema informatizado de gestão, contabilização e bilhetagem, em sua última versão disponível no mercado, compatível com o ambiente tecnológico da GoiásFomento, com integração ao Microsoft Active Directory, operação via Web/Intranet, protocolo SNMP, suporte a ambiente virtualizado, emissão de relatórios, logs de auditoria, monitoramento remoto e controle por usuário, setor, equipamento e centro de custo, além de funcionalidade de impressão retida, pull printing ou follow me.

1.5. Deverão estar incluídos na solução os serviços de instalação, configuração inicial, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico presencial on-site, fornecimento e reposição de peças, componentes, toners, fotocondutores, insumos e demais suprimentos necessários à plena execução contratual, excetuado o fornecimento de papel.

1.6. A contratada deverá assegurar logística de reposição de suprimentos, com manutenção de estoque mínimo nas dependências da GoiásFomento, de modo a reduzir o risco de interrupção dos serviços por falta de insumos.

1.7. O suporte técnico deverá observar os níveis mínimos de serviço previstos neste Termo de Referência, com início de atendimento em até 2 (duas) horas úteis após a abertura do chamado e conclusão do reparo em até 4 (quatro) horas úteis, ressalvadas as hipóteses justificadas e aceitas pela fiscalização contratual.

1.8. Os equipamentos que apresentarem defeitos repetitivos, assim considerados aqueles com 3 (três) ocorrências no mesmo mês ou 6 (seis) ocorrências no semestre, deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus adicional para a GoiásFomento.

1.9. A solução deverá garantir a gestão centralizada do parque de impressão, a rastreabilidade do uso, a disponibilidade operacional dos serviços de impressão, cópia e digitalização e a disponibilidade mínima superior a 95% (noventa e cinco por cento) do parque instalado.

2- JUSTIFICATIVAS

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade, a disponibilidade e a eficiência dos serviços de impressão, cópia e digitalização da GoiásFomento, considerados necessários ao regular desempenho de suas atividades administrativas e operacionais.

2.2. A indisponibilidade desses serviços pode comprometer o andamento de rotinas internas, a instrução de processos, a gestão documental e o atendimento das demandas institucionais, razão pela qual se mostra necessária a contratação de solução capaz de garantir suporte técnico, reposição de suprimentos e manutenção contínua do parque instalado.

2.3. O modelo de outsourcing de impressão mostra-se adequado por concentrar em empresa especializada a responsabilidade pelo fornecimento, instalação, configuração, manutenção, atualização tecnológica e suporte dos equipamentos, evitando a necessidade de aquisição direta de impressoras, scanners, peças, toners, fotocondutores e demais insumos correlatos.

2.4. A contratação também busca substituir equipamentos obsoletos ou defasados por equipamentos novos, de primeiro uso e em linha de fabricação, com padronização tecnológica e gestão centralizada do parque de impressão.

2.5. A adoção de sistema informatizado de gestão, contabilização e bilhetagem permitirá o controle do uso dos equipamentos, a emissão de relatórios, o acompanhamento por usuário, setor e centro de custo, a identificação de desperdícios e a adoção de práticas de impressão mais racionalizadas.

2.6. A solução contribui, ainda, para a redução de custos operacionais, maior previsibilidade de despesas, melhoria da gestão de insumos e mitigação de impactos ambientais, especialmente por meio do controle de consumo, da exigência de equipamentos energeticamente eficientes e da destinação ambientalmente adequada de resíduos, como toners, cartuchos, embalagens e peças substituídas.

2.7. A contratação deverá contemplar níveis mínimos de serviço, com suporte técnico presencial, prazos definidos para atendimento e reparo, reposição de suprimentos e substituição de equipamentos com defeitos recorrentes, de modo a reduzir riscos de paralisação dos serviços.

2.8. A contratação em lote único justifica-se pela natureza integrada da solução, composta por equipamentos, softwares de gestão e bilhetagem, digitalização com OCR, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e suprimentos, suporte técnico, monitoramento e cumprimento de níveis mínimos de serviço.

2.9. O parcelamento do objeto poderia gerar incompatibilidades técnicas entre equipamentos e sistemas, fragmentar responsabilidades, dificultar a fiscalização contratual e comprometer a apuração de falhas operacionais. Por essa razão, a contratação em lote único preserva a responsabilidade integral da contratada, favorece a gestão contratual e assegura maior eficiência operacional.

3- QUANTITATIVOS

3.1. A estimativa dos quantitativos foi definida pela área demandante com base na necessidade de atendimento das rotinas administrativas e operacionais da GoiásFomento, considerando a demanda por serviços de impressão, cópia e digitalização, a distribuição dos setores internos e a necessidade de disponibilidade mínima do parque instalado.

3.2. A solução deverá contemplar 45 (quarenta e cinco) equipamentos, novos, de primeiro uso e em linha de fabricação, distribuídos conforme a tabela abaixo:

Especificação	Quantitativo	Unidade de medida
Multifuncionais monocromáticas A4	10	Equipamentos
Multifuncionais policromáticas A4	5	Equipamentos
Impressoras monocromáticas A4	10	Equipamentos
Impressoras policromáticas A4	10	Equipamentos
Scanners de mesa A4	10	Equipamentos
Total	45	Equipamentos

3.3. Para fins de composição de preços e dimensionamento inicial da contratação, serão considerados os seguintes volumes estimados de utilização: para as 10 (dez) multifuncionais monocromáticas A4, estima-se uma média mensal de 2.000 (duas mil) páginas por equipamento, totalizando 20.000 (vinte

mil) páginas por mês; para as 5 (cinco) multifuncionais policromáticas A4, estima-se uma média mensal de 500 (quinhentas) páginas por equipamento, totalizando 2.500 (duas mil e quinhentas) páginas por mês; para as 10 (dez) impressoras monocromáticas A4, estima-se uma média mensal de 2.000 (duas mil) páginas por equipamento, totalizando 20.000 (vinte mil) páginas por mês; e para as 10 (dez) impressoras policromáticas A4, estima-se uma média mensal de 500 (quinhentas) páginas por equipamento, totalizando 5.000 (cinco mil) páginas por mês. Para os 10 (dez) scanners de mesa A4 não se aplica estimativa de páginas impressas, por se tratar de equipamento destinado exclusivamente à digitalização de documentos.

3.4. O volume mensal estimado de páginas impressas corresponde a 47.500 (quarenta e sete mil e quinhentas) páginas, observado o caráter estimativo da demanda e a forma de medição definida neste Termo de Referência.

3.5. Os scanners de mesa não compõem franquia de páginas impressas, devendo ser considerados no preço da solução pelo custo de disponibilização, instalação, suporte, manutenção e licenciamento dos softwares necessários à sua operação.

3.6. Os quantitativos indicados buscam assegurar a adequada distribuição do parque de impressão e digitalização, reduzir riscos de concentração de demanda em equipamentos específicos e permitir eventual remanejamento interno, conforme necessidade operacional da GoiásFomento, sem alteração do objeto contratado.

4- ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

4.1. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, originais, em linha de fabricação, compatíveis com a infraestrutura tecnológica da GoiásFomento e aptos à plena execução dos serviços de impressão, cópia e digitalização previstos neste Termo de Referência.

4.2. Os equipamentos deverão atender, no mínimo, às especificações técnicas indicadas nos itens seguintes, admitindo-se equipamentos equivalentes ou superiores, desde que comprovado o atendimento integral aos requisitos mínimos exigidos.

4.3. ITEM 1 — MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA A4 LASER OU LED

4.3.1. Quantidade: 10 (dez) unidades.

4.3.2. O equipamento deverá possuir, no mínimo, as seguintes características:

- a) módulo único integrando copiadora, impressora e scanner de digitalização;
- b) tecnologia de impressão laser ou LED;
- c) velocidade mínima de 55 (cinquenta e cinco) páginas por minuto em papel A4;
- d) ciclo mensal mínimo de 150.000 (cento e cinquenta mil) páginas;
- e) cópias em papel A5, A4, Carta e Ofício;
- f) vidro de exposição no tamanho A4;
- g) tempo de primeira cópia de, no máximo, 7 (sete) segundos;
- h) capacidade de entrada na gaveta de alimentação de, no mínimo, 500 (quinhentas) folhas;
- i) bandeja bypass com capacidade mínima de 100 (cem) folhas;
- j) suporte a gramatura de papel no bypass de, no mínimo, 220 g/m²;
- k) alimentador automático de originais frente e verso, de passagem única, com capacidade mínima para 100 (cem) originais;
- l) painel touchscreen ou painel de controle com teclas alfanuméricas e visor de funções e informações de, no mínimo, 7 (sete) polegadas;
- m) cópias contínuas de 1 a 999, reinício automático para 1 e ampliação/zoom de 25% a 400%;
- n) funcionalidade de impressão retida, pull printing ou follow me printing;
- o) software de digitalização com OCR ilimitado, nativo, embarcado ou disponibilizado por aplicação ou acessório do fabricante do equipamento;
- p) certificação Energy Star ou equivalente;
- q) resolução real de impressão de, no mínimo, 1.200 x 1.200 dpi;

- r) processador mínimo de 1,2 MHz;
- s) memória mínima de 2 GB;
- t) suporte às linguagens de impressão PCL, PostScript, PDF ou XPS;
- u) driver de instalação único;
- v) compatibilidade mínima com os sistemas operacionais Windows, Mac e Linux;
- w) rede Ethernet 10/100/1000Base-T;
- x) interface USB 2.0 de alta velocidade;
- y) porta USB host frontal de alta velocidade;
- z) compatibilidade com impressão mobile;
- aa) impressão via USB nos formatos JPEG e PDF;
- bb) scanner colorido e monocromático, com tons de cinza;
- cc) digitalização pelo vidro de exposição e pelo alimentador automático de originais;
- dd) velocidade de digitalização de, no mínimo, 40 ipm em colorido;
- ee) resolução de digitalização mínima de 600 x 600 dpi;
- ff) suporte aos formatos PDF, JPEG e OCR;
- gg) digitalização, no mínimo, para pasta SMB, rede, e-mail, USB e FTP.

4.4. ITEM 2 — MULTIFUNCIONAL POLICROMÁTICA A4 LASER OU LED

4.4.1. Quantidade: 05 (cinco) unidades.

4.4.2. O equipamento deverá possuir, no mínimo, as seguintes características:

- a) módulo único integrando copiadora, impressora e scanner de digitalização;
- b) tecnologia de impressão laser ou LED colorida;
- c) velocidade mínima de 40 (quarenta) páginas por minuto em impressão monocromática e colorida, em papel A4;
- d) capacidade mínima de entrada de papel de 250 (duzentas e cinquenta) folhas;
- e) bandeja multiuso com capacidade mínima de 100 (cem) folhas;
- f) suporte a gramatura mínima de papel de 60 a 220 g/m²;
- g) processador mínimo de 1,2 GHz;
- h) memória mínima de 2 GB;
- i) interfaces USB e Ethernet Gigabit;
- j) tela colorida de operação via touchscreen de, no mínimo, 7 (sete) polegadas;
- k) cópias múltiplas até 999;
- l) duplex automático para impressão, cópia e digitalização frente e verso;
- m) alimentador automático com capacidade mínima para 50 (cinquenta) folhas;
- n) ciclo de trabalho mínimo de 100.000 (cem mil) páginas por mês;
- o) manual de operação completo em língua portuguesa;
- p) resolução mínima de impressão de 1.200 x 1.200 dpi;
- q) suporte às linguagens de impressão PCL, PostScript, PDF ou XPS;
- r) digitalização, no mínimo, para os formatos TIFF, PDF, JPEG, PDF/A e OCR;
- s) digitalização, no mínimo, para pasta SMB, e-mail, USB e FTP;
- t) impressão segura por senha ou PIN no painel;
- u) compatibilidade mínima com Windows, Mac e Linux;
- v) funcionalidade de impressão retida, pull printing ou follow me printing;
- w) software de digitalização com OCR ilimitado, nativo, embarcado ou disponibilizado por aplicação ou acessório do fabricante do equipamento;
- x) certificação Energy Star ou equivalente;
- y) recurso de contabilização de páginas impressas pelo próprio hardware, para comparação com os resultados obtidos pelo sistema de contabilização e aferição dos volumes efetivamente impressos.

4.5. ITEM 3 — IMPRESSORA MONOCROMÁTICA A4 LASER OU LED

4.5.1. Quantidade: 10 (dez) unidades.

4.5.2. O equipamento deverá possuir, no mínimo, as seguintes características:

- a) módulo único de equipamento de impressão;
- b) tecnologia de impressão laser ou LED;
- c) velocidade mínima de 45 (quarenta e cinco) páginas por minuto em impressão monocromática, em papel A4;
- d) impressão frente e verso automática;
- e) resolução mínima de impressão de 1.200 x 1.200 dpi;
- f) processador mínimo de 1,2 GHz;
- g) compatibilidade mínima com Windows, Mac, Linux e dispositivos móveis;
- h) memória instalada mínima de 512 MB;
- i) suporte a gramatura mínima de papel de 60 a 220 g/m²;
- j) interfaces mínimas Ethernet Gigabit e USB;
- k) suporte às linguagens de impressão PCL, PostScript, PDF ou XPS;
- l) capacidade mínima de entrada de papel de 500 (quinhentas) folhas;
- m) bandeja multiuso com capacidade mínima de 100 (cem) folhas;
- n) ciclo de trabalho mínimo de 150.000 (cento e cinquenta mil) impressões por mês;
- o) certificação Energy Star ou equivalente;
- p) recurso de contabilização de páginas impressas pelo próprio hardware, para comparação com os resultados obtidos pelo sistema de contabilização e aferição dos volumes efetivamente impressos.

4.6. ITEM 4 — IMPRESSORA POLICROMÁTICA A4 LASER OU LED

4.6.1. Quantidade: 10 (dez) unidades.

4.6.2. O equipamento deverá possuir, no mínimo, as seguintes características:

- a) módulo único de equipamento de impressão;
- b) tecnologia de impressão laser ou LED colorida;
- c) velocidade mínima de 35 (trinta e cinco) páginas por minuto em impressão monocromática e colorida, em papel A4;
- d) impressão frente e verso automática;
- e) resolução mínima de impressão de 1.200 x 1.200 dpi;
- f) processador mínimo de 1,2 GHz;
- g) compatibilidade mínima com Windows, Mac, Linux e dispositivos móveis;
- h) memória instalada mínima de 1 GB;
- i) suporte a gramatura mínima de papel de 60 a 220 g/m²;
- j) interfaces mínimas Ethernet Gigabit e USB;
- k) suporte às linguagens de impressão PCL, PostScript, PDF ou XPS;
- l) capacidade mínima de entrada de papel de 250 (duzentas e cinquenta) folhas;
- m) bandeja multiuso com capacidade mínima de 50 (cinquenta) folhas;
- n) ciclo de trabalho mínimo de 100.000 (cem mil) impressões por mês;
- o) certificação Energy Star ou equivalente;
- p) recurso de contabilização de páginas impressas pelo próprio hardware, para comparação com os resultados obtidos pelo sistema de contabilização e aferição dos volumes efetivamente impressos.

4.7. ITEM 5 — SCANNER DE MESA A4

4.7.1. Quantidade: 10 (dez) unidades.

4.7.2. O equipamento deverá possuir, no mínimo, as seguintes características:

- a) equipamento novo, de primeiro uso e em linha de fabricação;
- b) sensor de imagem dual CCD ou CIS duplo;
- c) resolução óptica mínima de 600 x 600 dpi;
- d) interfaces mínimas Ethernet, USB 2.0 e wireless;
- e) conectividade de rede cabeada e wireless;
- f) alimentador automático de documentos, ADF, com capacidade mínima para 80 (oitenta) folhas;

- g) velocidade mínima de digitalização simplex de 40 ppm, colorida e monocromática;
- h) velocidade mínima de digitalização duplex de 80 ipm, colorida e monocromática;
- i) display touchscreen colorido de, no mínimo, 4 (quatro) polegadas;
- j) suporte a documentos com largura mínima de 2" e máxima de 8", e comprimento mínimo de 2" e máximo de 14";
- k) resolução mínima de digitalização óptica de 600 x 600 dpi;
- l) suporte a gramatura mínima de 40 a 200 g/m²;
- m) função "digitalizar para", no mínimo, PC, arquivo, imagem, e-mail, OCR, impressão, FTP/SFTP, servidor de e-mail, rede, pen drive, aplicativos de nuvem e dispositivos móveis;
- n) compatibilidade mínima com Windows, Mac e Linux;
- o) compatibilidade com driver TWAIN;
- p) ciclo de trabalho diário mínimo de 6.000 (seis mil) digitalizações por dia;
- q) recurso de detecção de múltipla alimentação.

4.8. A contratada deverá comprovar o atendimento às especificações técnicas mediante apresentação de marca, modelo, catálogos, datasheets, prospectos, folders técnicos ou documentação oficial do fabricante, em língua portuguesa, que permita verificar, de forma objetiva, a compatibilidade dos equipamentos ofertados com os requisitos mínimos deste Termo de Referência.

4.9. Serão desclassificadas as propostas que não comprovarem o atendimento às especificações mínimas exigidas, bem como aquelas que apresentarem omissões, inconsistências ou informações insuficientes para aferição objetiva da compatibilidade técnica dos equipamentos ofertados.

5- MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS

5.1. Para a execução dos serviços de outsourcing de impressão, a contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos, softwares, licenças, peças, componentes, insumos e suprimentos necessários ao pleno funcionamento da solução, observadas as quantidades, especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.2. A solução deverá compreender, no mínimo, o fornecimento, instalação, configuração, disponibilização, manutenção preventiva e corretiva de 45 (quarenta e cinco) equipamentos, novos, de primeiro uso, originais, em linha de fabricação e em perfeitas condições de funcionamento.

5.3. Todos os equipamentos deverão ser entregues devidamente identificados, acondicionados, quando aplicável, em suas embalagens originais, lacradas e em condições adequadas para instalação, cabendo à contratada realizar a instalação, configuração, testes de funcionamento e integração ao ambiente tecnológico da GoiásFomento.

5.4. Além dos equipamentos, deverão ser disponibilizados os softwares necessários à gestão de ativos, contabilização, bilhetagem, monitoramento, digitalização e OCR, acompanhados das respectivas licenças de uso e acesso, sem ônus adicional para a contratante.

5.5. O licenciamento da solução deverá ser compatível com a quantidade total de equipamentos indicados neste Termo de Referência, sendo ilimitado quanto à quantidade de páginas impressas, copiadas ou digitalizadas, usuários, estações e servidores necessários à utilização das ferramentas, salvo disposição técnica expressa em sentido diverso aceita pela GoiásFomento.

5.6. Deverão estar incluídos no preço contratado os serviços de instalação, configuração inicial, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico presencial on-site, atualizações corretivas ou evolutivas dos softwares, fornecimento e reposição de peças, componentes, toners, fotocondutores e demais insumos indispensáveis à execução contratual, excetuado o fornecimento de papel.

5.7. A contratada deverá manter, nas dependências da GoiásFomento, estoque mínimo de materiais de consumo suficiente para evitar a paralisação dos serviços por falta de suprimentos, com reposição automática a cada 15 (quinze) dias ou sempre que necessário, conforme acompanhamento do consumo por meio do sistema de gerenciamento.

5.8. O sistema de monitoramento deverá permitir a identificação do nível de suprimentos dos equipamentos e a emissão de alertas, em tempo hábil, para que a contratada providencie a reposição antes da interrupção dos serviços.

5.9. A GoiásFomento poderá avaliar, a qualquer tempo, a qualidade dos equipamentos, softwares, peças, insumos e suprimentos disponibilizados pela contratada, podendo recusar aqueles que não atendam às especificações deste Termo de Referência, às condições da proposta ou ao padrão mínimo necessário à adequada execução dos serviços.

5.10. Os equipamentos, peças, componentes, insumos ou suprimentos recusados pela fiscalização deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus adicional para a GoiásFomento, no prazo definido pela fiscalização contratual, de modo a evitar prejuízo à continuidade dos serviços.

5.11. A contratada deverá substituir, sem ônus adicional, equipamento que apresente defeitos recorrentes, desempenho incompatível com as especificações mínimas, indisponibilidade injustificada ou incapacidade de atendimento aos níveis mínimos de serviço definidos neste Termo de Referência.

5.12. Os equipamentos disponibilizados deverão possuir certificação Energy Star ou equivalente, quando exigida nas especificações técnicas, e deverão ser configurados, sempre que tecnicamente possível e compatível com a necessidade do serviço, de modo a favorecer a impressão frente e verso, a racionalização do consumo de papel e a redução do consumo de energia.

5.13. A contratada será responsável por todos os custos de transporte, entrega, instalação, retirada, substituição, manutenção, atualização, remanejamento autorizado e descarte ambientalmente adequado dos equipamentos, peças, embalagens, toners, cartuchos, fotocondutores e demais resíduos decorrentes da execução contratual.

5.14. A disponibilização dos materiais, equipamentos, softwares e insumos deverá observar integralmente as condições de suporte técnico, sustentabilidade, segurança da informação, sigilo, gestão contratual e níveis mínimos de serviço previstos neste Termo de Referência.

5.15. DO SISTEMA DE CONTABILIZAÇÃO E BILHETAGEM DE IMPRESSÃO E CÓPIA

5.15.1. O serviço de impressão e cópia deverá ser controlado por sistema informatizado de contabilização e bilhetagem, especializado no monitoramento remoto de impressoras e multifuncionais, compatível com os requisitos técnicos deste Termo de Referência.

5.15.2. O sistema deverá estar em sua última versão disponível no mercado e operar em ambiente Linux ou Microsoft Windows Server 2019 ou superior para a plataforma servidor, bem como em ambiente Microsoft Windows 10/11 de 64 bits para as estações de trabalho, quando aplicável.

5.15.3. Os usuários, tanto para autenticação quanto para fins estatísticos e gerenciais, deverão ser integrados à autenticação via Microsoft Active Directory.

5.15.4. O sistema deverá operar internamente na rede da GoiásFomento, sem exigir alteração estrutural relevante na infraestrutura existente, utilizando protocolo SNMP e interface Web compatível com os navegadores Google Chrome ou Microsoft Edge.

5.15.5. O sistema deverá ser instalado, preferencialmente, em ambiente virtualizado. Caso não seja tecnicamente possível a instalação nesse ambiente por incompatibilidade da solução ofertada, a contratada deverá fornecer, sem ônus adicional, o servidor ou hardware necessário ao funcionamento do sistema.

5.15.6. O sistema deverá possuir versão cliente a ser instalada nas estações de trabalho, quando necessária à captura, autenticação, controle ou contabilização dos trabalhos de impressão.

5.15.7. Os dados do sistema deverão residir em ambiente de banco de dados relacional, acompanhado das respectivas licenças de uso, sem ônus adicional para a GoiásFomento.

5.15.8. O sistema deverá permitir a captura de informações sobre os trabalhos de impressão diretamente do servidor de impressão da rede, das estações de trabalho ou de outros mecanismos compatíveis com ambientes com ou sem servidor de impressão.

- 5.15.9. O software de bilhetagem deverá possibilitar instalação e operação em ambientes com ou sem servidor de impressão.
- 5.15.10. O sistema deverá observar os padrões de segurança da informação definidos pela GoiásFomento.
- 5.15.11. O sistema deverá contabilizar, no mínimo, as seguintes informações: nome do documento, modo de impressão, em cores ou monocromático, tamanho do papel, aplicativo de origem, custo, número de páginas, identificação do usuário, identificação da impressora ou multifuncional, estação de trabalho, data e hora da impressão.
- 5.15.12. O sistema deverá permitir a ordenação dos relatórios por quantidade de páginas, custo e ordem alfabética, bem como a utilização de filtros por cor, tipo de papel, aplicativo, modo de impressão, simplex ou duplex, e origem, cópia ou impressão.
- 5.15.13. O sistema deverá gerar histórico de impressões por usuário, impressora, multifuncional e centro de custo, consolidando a quantidade de trabalhos realizados no período.
- 5.15.14. O sistema deverá permitir a exportação de dados e relatórios para análise pela fiscalização contratual.
- 5.15.15. O sistema deverá permitir a definição de custos de página impressa por impressoras e multifuncionais, diferenciando os custos de impressão em cores e em preto e branco.
- 5.15.16. O sistema deverá permitir a definição de centros de custo para usuários e a geração de relatórios correspondentes.
- 5.15.17. O sistema deverá permitir a identificação da localização dos equipamentos nos relatórios.
- 5.15.18. O sistema deverá ser capaz de gerenciar impressoras e multifuncionais de diversos fabricantes.
- 5.15.19. A contabilização de impressões oriundas dos contadores dos equipamentos alocados deverá ser realizada mensalmente pela contratada, devendo as planilhas de medição ser encaminhadas à fiscalização contratual juntamente com a nota fiscal ou fatura, para conferência e validação.
- 5.15.20. O sistema deverá preservar, em banco de dados, as informações necessárias ao rastreamento de impressões realizadas por determinado usuário, setor, impressora ou multifuncional, em determinado período ou data.
- 5.15.21. O sistema deverá ser disponibilizado com todas as licenças de uso e acesso necessárias à execução contratual, sem ônus adicional para a GoiásFomento.

5.16. DO SISTEMA DE GESTÃO DE ATIVOS

- 5.16.1. A contratada deverá disponibilizar sistema de gestão de ativos apto a operar em rede, via Web/Intranet, com a finalidade de permitir o inventário, o monitoramento, o controle e a gestão do parque de equipamentos instalado na GoiásFomento.
- 5.16.2. O sistema deverá possuir interface de acesso compatível com os navegadores Google Chrome ou Microsoft Edge, sem prejuízo de compatibilidade com outros navegadores, quando disponível.
- 5.16.3. O sistema deverá permitir o monitoramento on-line dos equipamentos em rede, via protocolo TCP/IP, possibilitando, no mínimo:
- a) visualização do histórico e do ciclo de vida útil dos equipamentos;
 - b) visualização dos recursos disponíveis em cada equipamento;
 - c) identificação dos modelos dos equipamentos;
 - d) identificação do endereço MAC dos equipamentos;
 - e) identificação do número de série dos equipamentos;
 - f) realização de inventário do parque instalado;
 - g) checagem do status operacional dos equipamentos;
 - h) checagem do nível de suprimentos dos equipamentos;
 - i) exportação de dados e relatórios para análise pela fiscalização contratual.

- 5.16.4. O sistema deverá permitir a centralização automática de dados dos equipamentos instalados, bem como a geração de relatórios integrados com as informações do parque de impressão e digitalização da GoiásFomento.
- 5.16.5. O sistema deverá possuir registro em log, exportável, das alterações, atualizações, cadastros e demais operações relevantes realizadas em seus módulos.
- 5.16.6. O sistema deverá emitir alertas em tempo real ou em prazo compatível com a necessidade operacional quando os equipamentos apresentarem baixo nível de suprimentos, indisponibilidade, falha, erro ou outra ocorrência que possa comprometer a continuidade dos serviços.
- 5.16.7. A contratada deverá utilizar as informações do sistema de gestão de ativos para atuação preventiva, especialmente quanto à reposição de suprimentos, manutenção dos equipamentos, substituição de componentes e atendimento de chamados técnicos.
- 5.16.8. O sistema deverá ser disponibilizado com todas as licenças de uso e acesso necessárias à execução contratual, sem ônus adicional para a GoiásFomento.
- 5.16.9. A contratada deverá assegurar que o sistema de gestão de ativos seja compatível com os demais softwares da solução, especialmente com o sistema de contabilização e bilhetagem, de modo a permitir gestão integrada do parque instalado.
- 5.16.10. Os documentos, prospectos, folders, catálogos ou manuais relativos ao sistema de gestão de ativos deverão ser apresentados em língua portuguesa, sempre que necessários à comprovação de atendimento das exigências deste Termo de Referência.
- 5.16.11. A contratada deverá identificar, na proposta ou na documentação técnica apresentada, o software de gestão de ativos ofertado, suas principais funcionalidades, versão, forma de licenciamento e compatibilidade com os equipamentos disponibilizados.

6. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 6.1. A contratada será responsável pela execução integral dos serviços de outsourcing de impressão, devendo cumprir todas as obrigações previstas neste Termo de Referência, no instrumento contratual, na proposta apresentada e na legislação aplicável.
- 6.2. A contratada deverá prestar os serviços de forma contínua, regular e adequada, assegurando o funcionamento do parque de impressão, cópia e digitalização, a gestão centralizada dos equipamentos, a rastreabilidade do uso, a geração de arquivos pesquisáveis por OCR e a disponibilidade mínima superior a 95% (noventa e cinco por cento) do parque instalado.
- 6.3. A contratada deverá arcar com todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo despesas operacionais, administrativas, logísticas, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, securitárias, transporte, instalação, retirada, manutenção, substituição de equipamentos, peças, componentes, insumos e demais materiais necessários, excetuado o fornecimento de papel.
- 6.4. A contratada será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução contratual, não podendo sua inadimplência transferir à GoiásFomento qualquer responsabilidade pelo respectivo pagamento.
- 6.5. A contratada deverá fornecer, instalar, configurar e manter em funcionamento todos os equipamentos, softwares, licenças, peças, componentes, toners, fotocondutores, insumos e suprimentos necessários à plena execução dos serviços, observadas as especificações técnicas mínimas deste Termo de Referência.
- 6.6. Todos os equipamentos disponibilizados deverão ser novos, de primeiro uso, originais, em linha de fabricação, compatíveis com a infraestrutura tecnológica da GoiásFomento e entregues em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados, quando necessário, dos acessórios e conversores de energia indicados pelo fabricante.

6.7. A contratada deverá realizar a instalação dos equipamentos, a configuração dos recursos de impressão, cópia, digitalização, OCR, gestão, bilhetagem e monitoramento, bem como os testes de funcionamento necessários à validação da solução.

6.8. A contratada deverá disponibilizar solução de software compatível com os requisitos deste Termo de Referência, incluindo gestão de ativos, contabilização, bilhetagem, monitoramento remoto, emissão de relatórios, logs de auditoria e controle por usuário, equipamento, setor e centro de custo.

6.9. O licenciamento dos softwares deverá ser compatível com a quantidade total de equipamentos previstos neste Termo de Referência, sem limitação de páginas impressas, copiadas ou digitalizadas, usuários, estações e servidores necessários à utilização da solução, salvo disposição técnica expressa aceita pela GoiásFomento.

6.10. A contratada deverá prestar suporte técnico em língua portuguesa, por meio de canal de atendimento telefônico, eletrônico ou web, sem custo adicional para a GoiásFomento, para recebimento, registro, acompanhamento e solução dos chamados técnicos.

6.10-A. O chamado técnico poderá ser aberto em razão de defeito, falha, mau funcionamento, indisponibilidade do equipamento, inconsistência operacional, necessidade de manutenção ou falta de suprimento necessário à utilização regular dos equipamentos.

6.11. O suporte técnico presencial on-site deverá observar os níveis mínimos de serviço estabelecidos neste Termo de Referência, com início de atendimento em até 2 (duas) horas úteis após a abertura do chamado e conclusão do reparo em até 4 (quatro) horas úteis, contadas do início do atendimento.

6.12. Entende-se por início do atendimento o comparecimento do técnico ao local de instalação do equipamento, quando necessário atendimento presencial, e por conclusão do reparo a disponibilização do equipamento em perfeitas condições de uso.

6.13. Caso o reparo não possa ser concluído no prazo previsto, a contratada deverá substituir provisória ou definitivamente o equipamento por outro de especificação igual ou superior, sem ônus adicional para a GoiásFomento.

6.14. A contratada deverá substituir, sem ônus adicional, equipamento que apresentar defeitos recorrentes, assim considerados aqueles com 3 (três) chamados no mesmo mês ou 6 (seis) chamados no semestre, ou que não atenda satisfatoriamente às necessidades operacionais da GoiásFomento.

6.15. A contratada deverá realizar, durante toda a vigência contratual, a manutenção preventiva e corretiva e a assistência técnica on-site dos equipamentos, responsabilizando-se por mão de obra, deslocamento, estadia, ferramentas, peças, componentes e demais materiais necessários, sem qualquer custo adicional para a GoiásFomento.

6.16. As manutenções preventivas deverão ser comunicadas previamente à fiscalização contratual, sempre que puderem impactar o funcionamento regular dos serviços.

6.17. A contratada deverá manter, nas dependências da GoiásFomento, estoque mínimo de materiais de consumo suficiente para evitar a paralisação dos serviços por falta de suprimentos, com reposição automática a cada 15 (quinze) dias ou sempre que necessário, conforme acompanhamento do consumo pelo sistema de gerenciamento.

6.18. A contratada deverá monitorar os níveis de suprimentos dos equipamentos e adotar providências tempestivas para reposição de toners, fotocondutores, cilindros e demais insumos antes que sua ausência comprometa a continuidade dos serviços.

6.19. A contratada deverá fornecer atualizações corretivas ou evolutivas dos softwares instalados, lançadas durante a vigência contratual, inclusive quando houver alteração de versão, nomenclatura ou designação do produto, desde que relacionadas à correção de falhas, segurança, estabilidade ou adequada continuidade da solução.

6.20. A contratada deverá emitir e encaminhar à fiscalização contratual relatório mensal de execução dos serviços, contendo, no mínimo, a contabilização das páginas impressas e copiadas, o consumo por equipamento, usuário, setor ou centro de custo, os chamados registrados, os atendimentos realizados e as ocorrências relevantes do período.

- 6.21. A contratada deverá apresentar, juntamente com a fatura, as planilhas de medição e os relatórios de contabilização necessários à conferência dos serviços prestados pela fiscalização contratual.
- 6.22. A contratada deverá observar as normas internas da GoiásFomento relativas a acesso, segurança, sigilo, confidencialidade, proteção de dados, uso das instalações e conduta de seus empregados, prepostos e representantes.
- 6.23. A contratada deverá orientar seus empregados e prepostos quanto ao dever de sigilo e confidencialidade sobre informações, documentos, dados pessoais, dados institucionais, credenciais, rotinas internas e demais informações acessadas em razão da execução contratual.
- 6.24. A contratada deverá cumprir a Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, quando houver tratamento de dados pessoais no âmbito da execução contratual, observando as orientações da GoiásFomento e as boas práticas de segurança da informação.
- 6.25. A contratada deverá responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à GoiásFomento ou a terceiros por ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou representantes, decorrentes da execução contratual, sem prejuízo da apuração administrativa e das demais medidas cabíveis.
- 6.26. A fiscalização ou o acompanhamento da execução pela GoiásFomento não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos, falhas, danos ou desconformidades verificados na execução do objeto.
- 6.27. A contratada deverá reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que forem verificados vícios, defeitos, incorreções, inadequações técnicas ou desconformidades com este Termo de Referência.
- 6.28. A contratada deverá retirar das dependências da GoiásFomento os materiais inservíveis e resíduos decorrentes da execução contratual, em periodicidade compatível com a demanda e de forma a evitar acúmulo inadequado nas instalações da contratante.
- 6.29. A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação, qualificação técnica, regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e demais requisitos exigidos no procedimento de contratação.
- 6.30. A contratada deverá informar à GoiásFomento, por escrito e de forma tempestiva, quaisquer fatos que possam comprometer a execução regular do contrato, a disponibilidade dos serviços, os prazos de atendimento ou a segurança da informação.
- 6.31. A contratada deverá indicar representante formal para comunicação com a GoiásFomento, informando nome, telefone, e-mail e demais canais necessários ao acompanhamento da execução contratual.
- 6.32. A contratada deverá realizar reuniões, entrevistas técnicas e alinhamentos operacionais sempre que necessário à adequada implantação, execução, correção ou melhoria dos serviços contratados.
- 6.33. A contratada deverá garantir que seus empregados e prepostos estejam devidamente identificados, quando em atuação nas dependências da GoiásFomento, podendo a contratante solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja incompatível com as normas internas ou com a adequada execução dos serviços, mediante justificativa.
- 6.34. É vedado à contratada transferir, subcontratar, terceirizar ou ceder, no todo ou em parte, a execução do objeto contratual.
- 6.35. A contratada deverá facilitar o acesso da fiscalização contratual aos equipamentos, softwares, relatórios, registros, chamados, informações técnicas e demais elementos necessários à verificação da conformidade da execução contratual.
- 6.36. A contratada será responsável pela coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados durante a execução contratual, incluindo, mas não se limitando a, cartuchos de toner, cartuchos de tinta, recipientes, embalagens, peças substituídas, equipamentos inservíveis e quaisquer outros materiais decorrentes da prestação dos serviços.

6.37. A destinação dos resíduos deverá observar a legislação ambiental vigente, especialmente a Política Nacional de Resíduos Sólidos, as normas de logística reversa e demais regulamentos aplicáveis à espécie.

6.38. A contratada deverá apresentar à GoiásFomento, semestralmente ou sempre que solicitado pela fiscalização contratual, declaração formal ou documentação equivalente que comprove o recebimento, recolhimento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados na execução do contrato.

6.39. Para os equipamentos de impressão previstos nos itens 1 a 4, a contratada deverá apresentar declaração do fabricante, programa de sustentabilidade ambiental, comprovante de logística reversa ou documento equivalente que demonstre a existência de procedimento ambientalmente adequado para destinação de recipientes, suprimentos, cartuchos, toners, fotocondutores e demais resíduos correlatos.

6.40. A retirada dos materiais inservíveis das dependências da GoiásFomento deverá ocorrer em prazo não superior a 3 (três) meses, contado da solicitação formal da contratante ou da identificação da necessidade de descarte, devendo ser observada periodicidade que evite acúmulo inadequado nas instalações da contratante.

6.41. A contratada deverá arcar integralmente com os custos de coleta, transporte, acondicionamento, armazenamento temporário, destinação final e comprovação documental dos resíduos, sem ônus adicional para a GoiásFomento.

6.42. A contratada deverá cumprir todas as demais obrigações previstas neste Termo de Referência, no edital, no contrato e na proposta apresentada, ainda que não expressamente reproduzidas nesta cláusula.

6.43. A contratada deverá cumprir todas as demais obrigações previstas neste Termo de Referência, no edital, no contrato e na proposta apresentada, ainda que não expressamente reproduzidas nesta cláusula.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Compete à GoiásFomento, na qualidade de contratante, adotar as providências necessárias ao acompanhamento da execução contratual, observadas as disposições deste Termo de Referência, do edital, do contrato, da Lei nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento e demais normas aplicáveis.

7.2. Designar formalmente gestor e fiscal(is) do contrato, ou respectivos substitutos, para acompanhar, fiscalizar, registrar ocorrências, atestar a execução dos serviços e adotar as providências necessárias à regular execução contratual.

7.3. Fornecer à contratada as informações técnicas, operacionais e institucionais indispensáveis à adequada instalação, configuração, integração e execução dos serviços de outsourcing de impressão, cópia e digitalização.

7.4. Indicar os locais de instalação dos equipamentos e permitir o acesso da equipe técnica da contratada às dependências da GoiásFomento, nos horários e condições previamente ajustados, para realização de

entrega, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, substituição, retirada ou remanejamento autorizado dos equipamentos.

7.5. Disponibilizar, nos locais de instalação, infraestrutura mínima necessária ao funcionamento dos equipamentos, especialmente pontos de energia elétrica, pontos de rede lógica e condições físicas compatíveis com a operação regular da solução, ressalvadas as obrigações expressamente atribuídas à contratada neste Termo de Referência.

7.6. Disponibilizar, quando necessário e observadas as normas internas de segurança da informação, os acessos lógicos indispensáveis à configuração dos softwares de gestão, bilhetagem, contabilização,

monitoramento, digitalização e OCR, inclusive para integração ao ambiente tecnológico da GoiásFomento.

7.7. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das especificações técnicas, dos prazos, dos níveis mínimos de serviço, das obrigações contratuais, dos relatórios de medição e das condições de funcionamento dos equipamentos.

7.8. Registrar em instrumento próprio as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando à contratada a correção de falhas, irregularidades, vícios, defeitos ou desconformidades identificadas na prestação dos serviços.

7.9. Exigir da contratada, quando cabível, a substituição de equipamentos, peças, componentes, insumos ou suprimentos que não atendam às especificações mínimas, às condições da proposta, aos níveis mínimos de serviço ou ao padrão necessário à adequada execução contratual.

7.10. Receber, conferir e atestar, quando regulares, os serviços prestados, os relatórios mensais de execução, as planilhas de medição, as informações de bilhetagem e a documentação apresentada pela contratada para fins de faturamento.

7.11. Efetuar o pagamento devido à contratada, após o regular atesto da execução dos serviços pela fiscalização contratual, mediante apresentação da nota fiscal ou fatura correspondente, observados os prazos, critérios de medição e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato.

7.12. Condicionar a liquidação e o pagamento das despesas à verificação da regularidade da documentação exigida, quando aplicável, inclusive quanto à manutenção das condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada.

7.13. Comunicar formalmente à contratada quaisquer falhas, irregularidades, atrasos, descumprimentos, inconsistências de medição, desconformidades técnicas ou situações que possam comprometer a execução contratual.

7.14. Analisar, no prazo compatível com a natureza da demanda, solicitações de prorrogação de prazo, justificativas técnicas, pedidos de acesso, agendamentos de manutenção, remanejamentos autorizados e demais comunicações apresentadas pela contratada.

7.15. Aplicar, quando cabível, as medidas administrativas e sanções previstas no edital, no contrato, no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento e na legislação aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.16. Zelar para que os empregados, prepostos e representantes da contratada observem as normas internas de acesso, segurança, sigilo, proteção de dados, conduta e uso das instalações da GoiásFomento.

7.17. Solicitar reuniões técnicas, alinhamentos operacionais ou esclarecimentos sempre que necessário à adequada implantação, execução, correção ou melhoria dos serviços contratados.

7.18. Cumprir as demais obrigações previstas neste Termo de Referência, no edital, no contrato e na legislação aplicável.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual.

8.2. A vedação à subcontratação justifica-se pela natureza integrada da solução de outsourcing de impressão, cópia e digitalização, que compreende o fornecimento de equipamentos, softwares de gestão, contabilização e bilhetagem, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, reposição de peças e suprimentos, monitoramento remoto e cumprimento dos níveis mínimos de serviço.

8.3. A execução do objeto exige responsabilidade técnica e operacional concentrada na contratada, de modo a assegurar compatibilidade entre equipamentos, softwares, insumos, serviços de manutenção e suporte técnico, bem como permitir a identificação objetiva de falhas, a cobrança de providências corretivas e a adequada fiscalização contratual.

8.4. A fragmentação da execução por meio de terceiros poderia gerar incompatibilidades técnicas, conflitos de responsabilidade, dificuldades na apuração de falhas operacionais e prejuízo ao controle

da execução contratual, especialmente quanto à disponibilidade do parque instalado, ao funcionamento do sistema de bilhetagem, à reposição de suprimentos e ao atendimento dos chamados técnicos.

8.5. A contratada deverá executar diretamente todas as obrigações assumidas, com estrutura técnica, operacional e logística própria, responsabilizando-se integralmente pela execução do objeto perante a GoiásFomento.

8.6. O descumprimento da vedação à subcontratação caracterizará infração contratual, sujeitando a contratada às medidas administrativas cabíveis, inclusive aplicação de sanções e eventual rescisão contratual, observados o contraditório, a ampla defesa, o edital, o contrato, o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento e a legislação aplicável.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. A fusão, cisão, incorporação, transformação societária ou alteração de controle da contratada somente será admitida se não comprometer a execução do objeto, a continuidade dos serviços, a responsabilidade contratual e as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação.

9.2. A contratada deverá comunicar previamente à GoiásFomento qualquer operação societária que possa implicar alteração subjetiva, transferência de controle, sucessão empresarial, reorganização patrimonial ou modificação relevante de sua capacidade técnica, operacional, econômica ou financeira.

9.3. A continuidade do contrato dependerá de anuência prévia e expressa da GoiásFomento, mediante análise das áreas competentes e formalização por instrumento próprio, quando cabível.

9.4. A pessoa jurídica resultante da operação societária, ou aquela que vier a suceder a contratada, deverá comprovar a manutenção de todas as condições de habilitação, qualificação técnica, regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, capacidade operacional e demais requisitos exigidos na contratação original.

9.5. A alteração societária não poderá importar modificação do objeto, alteração indevida das condições de execução, prejuízo à continuidade dos serviços, redução dos níveis mínimos de serviço, fragilização da garantia contratual ou transferência de responsabilidades não autorizada pela GoiásFomento.

9.6. A sucessora deverá assumir integralmente todos os direitos, deveres, responsabilidades, obrigações e encargos decorrentes do contrato, inclusive quanto aos níveis mínimos de serviço, suporte técnico, manutenção, reposição de peças e suprimentos, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais, de sigilo, proteção de dados e garantia contratual.

9.7. A anuência da GoiásFomento não afasta a responsabilidade da contratada ou de sua sucessora por obrigações constituídas antes ou depois da operação societária, nem impede a apuração de eventuais descumprimentos contratuais.

9.8. A realização de operação societária sem comunicação prévia, sem anuência expressa da GoiásFomento ou com prejuízo à execução contratual poderá caracterizar infração contratual, sujeitando a contratada às medidas administrativas cabíveis, inclusive aplicação de sanções e eventual extinção contratual, observados o contraditório, a ampla defesa, o edital, o contrato, o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento e a legislação aplicável.

9.9. Não será admitida a continuidade contratual quando a operação societária configurar burla ao procedimento de contratação, transferência irregular do objeto, perda das condições de habilitação ou risco relevante à adequada execução dos serviços.

10. DOS PRAZOS

10.1. O contrato terá vigência de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data de sua assinatura ou da data indicada na ordem de serviço inicial, conforme definido no instrumento contratual.

10.2. O prazo de 48 (quarenta e oito) meses foi definido considerando a natureza continuada dos serviços, a necessidade permanente de impressão, cópia e digitalização da GoiásFomento, a disponibilização de equipamentos novos e de primeiro uso, os custos de implantação da solução e a necessidade de adequada amortização dos investimentos pela contratada.

10.3. A contratação já foi estruturada com o prazo máximo previsto para sua execução, razão pela qual não se prevê prorrogação ordinária de vigência ao final do período contratual.

10.4. Eventual extensão excepcional de prazo somente poderá ocorrer se juridicamente admitida, devidamente justificada, previamente autorizada pela autoridade competente e formalizada por instrumento próprio, observados o interesse da GoiásFomento, a legislação de regência das empresas estatais, o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento e a comprovação da vantajosidade da medida.

10.5. Os serviços possuem natureza continuada, pois atendem necessidade permanente da GoiásFomento relacionada à impressão, cópia e digitalização de documentos institucionais, sendo indispensáveis à regularidade das rotinas administrativas e operacionais da Agência.

10.6. O prazo para entrega, instalação, configuração e disponibilização inicial dos equipamentos será de até 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço, conforme definido pela fiscalização contratual.

10.7. Caso não seja possível cumprir o prazo previsto no item anterior, a contratada deverá comunicar formalmente a GoiásFomento, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, indicando as razões do impedimento e o prazo necessário para regularização, cabendo à fiscalização contratual avaliar a justificativa apresentada.

10.8. O suporte técnico deverá observar os níveis mínimos de serviço previstos neste Termo de Referência, com início de atendimento em até 2 (duas) horas úteis após a abertura do chamado e conclusão do reparo em até 4 (quatro) horas úteis, contadas do início do atendimento.

10.9. Caso o reparo não possa ser concluído no prazo previsto, a contratada deverá substituir provisória ou definitivamente o equipamento por outro de especificação igual ou superior, sem ônus adicional para a GoiásFomento.

10.10. O descumprimento injustificado dos prazos de entrega, instalação, atendimento, reparo ou substituição poderá ensejar glosas, aplicação de sanções ou demais medidas administrativas cabíveis, observados o edital, o contrato, o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento, a legislação aplicável, o contraditório e a ampla defesa.

11. DA GARANTIA

11.1. Será exigida da contratada a prestação de garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

11.2. A garantia tem por finalidade resguardar a GoiásFomento quanto a eventuais prejuízos decorrentes de inadimplemento contratual, falhas na execução dos serviços, descumprimento de obrigações, danos causados ao patrimônio da contratante ou a terceiros, aplicação de multas e demais encargos de responsabilidade da contratada.

11.3. Caberá à contratada optar por uma das modalidades de garantia admitidas pela legislação aplicável às empresas estatais e pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento, observadas as condições previstas no edital e no instrumento contratual.

11.4. A garantia deverá ser apresentada à GoiásFomento no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, sob pena de caracterização de descumprimento contratual e adoção das medidas administrativas cabíveis.

11.5. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência contratual e abranger todas as obrigações assumidas pela contratada, inclusive obrigações principais, acessórias, multas, glosas, indenizações, reparação de danos e demais valores eventualmente devidos à GoiásFomento em razão da execução contratual.

11.6. Caso a garantia seja prestada por meio de fiança bancária, o instrumento deverá conter renúncia expressa aos benefícios de ordem, bem como cláusula de execução imediata em favor da GoiásFomento, observadas as condições estabelecidas no edital e no contrato.

11.7. Caso a garantia seja prestada por meio de seguro-garantia, a apólice deverá contemplar cobertura compatível com as obrigações contratuais assumidas, inclusive multas, prejuízos decorrentes de inadimplemento e demais responsabilidades da contratada, conforme condições previstas no edital e no contrato.

11.8. A GoiásFomento poderá utilizar a garantia para ressarcimento de prejuízos, correção de falhas, reparação de danos, cobertura de multas, glosas, indenizações ou quaisquer valores devidos pela contratada em decorrência da execução contratual, após regular apuração e observados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

11.9. Utilizada total ou parcialmente a garantia, a contratada deverá recompor o valor integral no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal da GoiásFomento.

11.10. A garantia deverá ser atualizada ou complementada sempre que houver alteração do valor contratual, prorrogação excepcional de prazo, reequilíbrio econômico-financeiro ou qualquer modificação que impacte o montante garantido.

11.11. A liberação ou restituição da garantia somente ocorrerá após o encerramento da vigência contratual, o recebimento definitivo do objeto, a comprovação do cumprimento das obrigações assumidas e a inexistência de pendências financeiras, técnicas, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais ou contratuais imputáveis à contratada.

11.12. A garantia poderá ser retida, total ou parcialmente, enquanto houver pendências relacionadas à execução contratual, apuração de responsabilidade, aplicação de sanções, reparação de danos ou cobrança de valores devidos à GoiásFomento.

12. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

12.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela GoiásFomento, por meio de gestor e fiscal(is) formalmente designados, ou por seus respectivos substitutos, observadas as disposições deste Termo de Referência, do edital, do contrato, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento e da legislação aplicável.

12.2. A fiscalização contratual será exercida sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto, não excluindo nem reduzindo sua responsabilidade por vícios, defeitos, falhas, danos, atrasos, irregularidades ou desconformidades verificadas durante a execução contratual.

12.3. Caberá ao gestor e ao(s) fiscal(is) do contrato acompanhar a execução dos serviços de outsourcing de impressão, cópia e digitalização, verificando o cumprimento das especificações técnicas, dos prazos de entrega e instalação, dos níveis mínimos de serviço, das condições de suporte técnico, da reposição de suprimentos e das demais obrigações contratuais.

12.4. A fiscalização poderá inspecionar os equipamentos instalados, verificar a qualidade dos serviços prestados, conferir o funcionamento dos softwares de gestão, contabilização e bilhetagem, auditar relatórios, analisar chamados técnicos, examinar medições mensais e solicitar esclarecimentos ou documentos necessários à verificação da conformidade da execução contratual.

12.5. O fiscal do contrato deverá registrar em instrumento próprio as ocorrências relacionadas à execução contratual, indicando as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades, atrasos, defeitos ou desconformidades identificadas.

12.6. A contratada deverá atender prontamente às determinações da fiscalização inerentes ao objeto contratado, promovendo, sem ônus adicional para a GoiásFomento, os ajustes, correções, substituições, reparos ou esclarecimentos necessários à adequada execução dos serviços.

12.7. Compete ao fiscal do contrato verificar se a entrega, instalação, configuração, manutenção, suporte técnico, substituição de equipamentos e reposição de suprimentos estão sendo executados nos prazos e condições previstos neste Termo de Referência.

12.8. Compete ao fiscal do contrato conferir os relatórios mensais de execução, as planilhas de medição, os dados de bilhetagem, os chamados técnicos registrados, os atendimentos realizados e demais informações apresentadas pela contratada para fins de atesto e pagamento.

12.9. O atesto das notas fiscais ou faturas somente deverá ocorrer após a verificação da regular execução dos serviços, da compatibilidade entre os valores faturados e os serviços efetivamente prestados, bem como da apresentação da documentação exigida neste Termo de Referência e no contrato.

12.10. Verificada inconsistência na medição, falha na prestação dos serviços, descumprimento de SLA,

indisponibilidade injustificada de equipamento, ausência de suprimento, irregularidade documental ou qualquer desconformidade contratual, a fiscalização deverá comunicar formalmente a contratada para correção, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas cabíveis.

12.11. As situações que demandarem decisão ou providência que ultrapasse a competência do fiscal do contrato deverão ser comunicadas tempestivamente à autoridade competente, para adoção das medidas cabíveis.

12.12. A fiscalização poderá solicitar reuniões técnicas, relatórios complementares, demonstrações de funcionamento, ajustes operacionais, informações sobre chamados, comprovação de reposição de suprimentos, documentação técnica dos equipamentos e demais elementos necessários ao acompanhamento da execução contratual.

12.13. A contratada deverá garantir à fiscalização o acesso aos equipamentos, softwares, relatórios, logs, registros de chamados, medições, documentos técnicos e demais informações necessárias à verificação da conformidade da execução contratual, observadas as normas de segurança da informação e proteção de dados.

12.14. O acompanhamento e a fiscalização do contrato serão exercidos, preferencialmente, com apoio técnico da Gerência de Tecnologia da Informação — GETIN, sem prejuízo da designação formal do gestor e do(s) fiscal(is) pela autoridade competente, a qual se dará em portaria específica para tal.

12.15. A atuação da fiscalização não autoriza a alteração informal do objeto, dos quantitativos, dos preços, dos prazos, dos níveis mínimos de serviço ou das demais condições contratuais, devendo qualquer modificação observar o procedimento formal aplicável.

12.16. O descumprimento das obrigações contratuais, quando não sanado pela contratada no prazo fixado pela fiscalização, poderá ensejar glosas, retenções, aplicação de sanções ou demais medidas administrativas cabíveis, observados o edital, o contrato, o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento, a legislação aplicável, o contraditório e a ampla defesa.

13. DA FORMA E DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório, na forma eletrônica, pelo rito procedimental similar ao pregão, considerando que o objeto possui natureza comum, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência por meio de especificações usuais de mercado.

13.2. A contratação será processada em lote único, em razão da natureza integrada da solução de outsourcing de impressão, cópia e digitalização, composta por equipamentos, softwares de gestão, contabilização e bilhetagem, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, reposição de peças e suprimentos, monitoramento remoto e cumprimento de níveis mínimos de serviço.

13.3. O critério de julgamento será o de menor preço global, observadas as especificações técnicas mínimas, as condições de execução, os níveis mínimos de serviço, os requisitos de habilitação e as demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos.

13.4. A adoção do menor preço global justifica-se pela necessidade de avaliação conjunta da solução, evitando distorções de preços entre itens interdependentes e assegurando a responsabilidade única da contratada pela execução integral do objeto.

13.5. Para fins de aceitabilidade da proposta, a licitante deverá apresentar, no mínimo, a indicação de marca e modelo dos equipamentos ofertados, suas especificações técnicas e documentação comprobatória correspondente, tais como catálogos, datasheets, prospectos, folders técnicos ou documentos oficiais do fabricante, em língua portuguesa, que permitam verificar o atendimento às exigências deste Termo de Referência.

13.6. A proposta deverá contemplar todos os custos necessários à execução integral do objeto, inclusive equipamentos, softwares, licenças, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, peças, componentes, toners, fotocondutores, insumos, suprimentos, logística, transporte, atualizações, treinamento operacional quando necessário e demais despesas indispensáveis à execução contratual, excetuado o fornecimento de papel.

13.7. Serão desclassificadas as propostas que não comprovarem o atendimento às especificações mínimas exigidas, apresentarem omissões relevantes, inconsistências técnicas, incompatibilidades com o ambiente da GoiásFomento ou informações insuficientes para aferição objetiva da solução ofertada.

13.8. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no edital e neste Termo de Referência, incluindo regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, conforme as regras do instrumento convocatório.

13.9. Para fins de qualificação técnica, a licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) experiência anterior na prestação de serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

13.10. O(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar experiência anterior da licitante em serviços de outsourcing de impressão, cópia e digitalização, com características compatíveis com a solução pretendida, preferencialmente com indicação da quantidade de equipamentos instalados, dos tipos de equipamentos utilizados e dos softwares empregados para gerenciamento, monitoramento e contabilização das impressões.

13.11. Deverá ser comprovada experiência anterior pelo período mínimo de 3 (três) anos na prestação de serviços compatíveis com o objeto, admitido o somatório de atestados, desde que referentes a períodos sucessivos ou complementares e que permitam aferir a efetiva experiência da licitante.

13.12. Para fins de diligência, a GoiásFomento poderá solicitar documentos complementares, inclusive contratos, notas fiscais, ordens de serviço, relatórios de execução ou outros elementos aptos a comprovar a

veracidade e a compatibilidade dos atestados apresentados.

13.13. Não serão aceitos atestados emitidos por pessoa jurídica pertencente ao mesmo grupo econômico da licitante, que possua participação societária com a licitante, que tenha sócios em comum ou que possua interesse econômico direto no êxito da licitante no certame.

13.14. A licitante deverá apresentar catálogos, folders, datasheets, descritivos técnicos ou outros documentos oficiais que comprovem o atendimento às exigências técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

13.15. A licitante deverá apresentar declaração de que possui ou possuirá, até a data de assinatura do contrato e durante toda a execução contratual, estrutura técnica e operacional capaz de prover suporte à solução contratada, inclusive atendimento presencial, manutenção, reposição de peças, componentes e suprimentos.

13.16. A licitante vencedora deverá comprovar que os equipamentos ofertados são novos, de primeiro uso e em linha de fabricação, mediante declaração do fabricante, consulta ao sítio eletrônico oficial, catálogo técnico, documentação oficial do fabricante ou outro meio idôneo aceito pela GoiásFomento.

13.17. Para os equipamentos de impressão previstos nos itens 1 a 4, a licitante vencedora deverá apresentar comprovação de que possui autorização, credenciamento, parceria técnica, canal regular de suporte ou outra condição equivalente que assegure a prestação de assistência técnica, manutenção e suporte aos equipamentos ofertados durante a execução contratual.

13.18. A licitante vencedora deverá apresentar declaração de que possui ou possuirá, até a data da assinatura do contrato e durante toda a execução contratual, estrutura técnica ou laboratório técnico na região de Goiânia/GO, apto à realização de reparos, manutenção dos equipamentos, suporte técnico e demais atividades necessárias à adequada execução do objeto.

13.19. A licitante vencedora deverá comprovar, até a assinatura do contrato ou antes do início da execução dos serviços, que dispõe de equipe técnica apta à manutenção dos equipamentos de impressão ofertados nos itens 1, 2, 3 e 4 deste Termo de Referência.

13.20. A comprovação de que trata o item anterior deverá abranger, no mínimo, 2 (dois) técnicos capacitados para atendimento, manutenção e suporte dos equipamentos ofertados, podendo ser realizada por meio de certificado do fabricante, declaração do fabricante ou da assistência técnica autorizada, comprovante de treinamento, vínculo técnico-profissional ou outro documento idôneo que demonstre a aptidão técnica necessária.

13.21. A exigência prevista nos itens anteriores tem por finalidade assegurar a adequada execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico presencial on-site e cumprimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos neste Termo de Referência.

13.22. A GoiásFomento poderá auditar a documentação apresentada, realizar diligências junto aos emissores dos atestados, fabricantes, distribuidores, assistências técnicas ou terceiros indicados, bem como consultar sítios eletrônicos oficiais e bases públicas, para confirmação das informações prestadas pela licitante.

13.23. A ausência de comprovação objetiva do atendimento aos requisitos técnicos, da experiência exigida, da estrutura mínima necessária à execução contratual ou da equipe técnica apta ao suporte dos equipamentos ofertados poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação da licitante, conforme o caso, observadas as regras do edital.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mensalmente, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota fiscal ou fatura pela GoiásFomento, desde que regularmente apresentada, conferida e atestada pela fiscalização contratual.

14.2. A nota fiscal ou fatura deverá ser emitida em nome da Agência de Fomento de Goiás S/A — GoiásFomento, contendo a identificação do contrato, o período de referência, a descrição dos serviços prestados, os valores faturados e demais informações necessárias à conferência da execução contratual.

14.3. A contratada deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal ou fatura mensal, relatório de execução dos serviços, contendo, no mínimo, os dados de contabilização e bilhetagem, o volume de páginas impressas e copiadas, quando aplicável, a identificação dos equipamentos utilizados, os chamados técnicos registrados, os atendimentos realizados, os prazos de atendimento e reparo, bem como eventuais ocorrências relevantes do período.

14.4. A fiscalização contratual deverá conferir os relatórios, planilhas de medição, dados de bilhetagem, chamados técnicos e demais documentos apresentados pela contratada, atestando apenas os serviços efetivamente prestados e em conformidade com este Termo de Referência, o edital, o contrato e a proposta aceita.

14.5. Antes do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da contratada, inclusive quanto à manutenção das condições de habilitação exigidas no procedimento de contratação, mediante consulta aos sistemas disponíveis e/ou apresentação dos documentos pertinentes, conforme previsto no edital e no contrato.

14.6. Poderão ser exigidos, quando não disponíveis ou não regularizados em sistema próprio de consulta, os seguintes documentos: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e demais documentos de regularidade exigidos no instrumento convocatório.

14.7. A ausência de documentação obrigatória, a existência de inconsistência na nota fiscal ou fatura, a divergência entre os valores faturados e os serviços efetivamente prestados, ou a falta de elementos mínimos para conferência da medição, impedirá o atesto até a regularização da pendência pela contratada.

14.8. Havendo erro na nota fiscal ou fatura, inconsistência na medição, ausência de relatório obrigatório, divergência de valores ou pendência documental imputável à contratada, o documento será devolvido para correção, reiniciando-se o prazo de pagamento a partir da reapresentação regular.

14.9. A GoiásFomento poderá glosar valores correspondentes a serviços não executados, medições inconsistentes, equipamentos inoperantes além dos prazos admitidos, descumprimento injustificado dos níveis mínimos de serviço, ausência de reposição de suprimentos, falhas de suporte técnico ou qualquer desconformidade que impacte a execução contratual.

14.10. As glosas deverão ser motivadas pela fiscalização contratual, com indicação da ocorrência, do período afetado, do valor correspondente e dos elementos técnicos que justifiquem o desconto, assegurada à contratada a possibilidade de apresentar esclarecimentos, quando cabível.

14.11. O pagamento efetuado pela GoiásFomento não implica aceitação definitiva de serviços executados em desconformidade, nem afasta a responsabilidade da contratada por vícios, falhas, defeitos, danos, irregularidades ou descumprimentos verificados posteriormente.

14.12. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência imputável à contratada que impeça a regular liquidação da despesa, sem que isso gere direito a atualização, juros, encargos ou indenização por atraso decorrente de fato atribuído à própria contratada.

14.13. O pagamento será realizado mediante crédito em conta bancária de titularidade da contratada, indicada formalmente nos documentos de habilitação, na proposta ou no instrumento contratual.

14.14. A liquidação e o pagamento observarão as regras previstas neste Termo de Referência, no edital, no contrato, no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento e na legislação aplicável.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS

15.1. O valor estimado da contratação é de R\$ mensais, perfazendo o valor global estimado de R\$ duzentos reais) para o período de 48 (quarenta e oito) meses.

15.2. O valor estimado da contratação servirá como parâmetro de referência para a análise de aceitabilidade das propostas, observados o critério de julgamento pelo menor preço global, as especificações técnicas mínimas, os quantitativos estimados, os níveis mínimos de serviço e as demais condições previstas neste Termo de Referência.

15.3. A estimativa de preços deverá considerar todos os custos necessários à execução integral do objeto, inclusive disponibilização dos equipamentos, softwares, licenças, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, peças, componentes, toners, fotocondutores, insumos, suprimentos, transporte, logística, atualizações, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, administrativos e demais despesas diretas ou indiretas, excetuado o fornecimento de papel.

15.4. Para fins de composição da proposta, deverá ser observado o modelo de contratação em lote único, contemplando a solução integrada de outsourcing de impressão, cópia e digitalização, com disponibilização de 45 (quarenta e cinco) equipamentos e volume mensal estimado de 47.500 (quarenta e sete mil e quinhentas) páginas impressas.

15.5. A composição estimada da contratação observará a seguinte referência:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Outsourcing de Impressão (Meses)	48	mês		
TOTAL =>	48			

15.6. Para fins de apresentação da proposta comercial, composição do preço global, análise de aceitabilidade e futura conferência da execução contratual, a licitante deverá preencher planilha de composição de preços, observando o modelo abaixo:

Item	Descrição	Qtd e.	Média mensal de páginas por equipamento	Total de páginas por mês	Valor unitário da página impressa	Valor mensal das páginas impressas	Valor unitário mensal de locação do equipamento	Valor mensal de locação dos equipamentos	Valor total mensal	Valor total para 48 meses
1	Multifuncional monocromática A4	10	2.000	20.000	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2	Multifuncional policromática A4	05	500	2.500	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
3	Impressora monocromática A4	10	2.000	20.000	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
4	Impressora policromática A4	10	500	5.000	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
5	Scanner de mesa A4	10	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	R\$	R\$	R\$	R\$
	Valor total mensal								R\$	
	Valor total para 48 meses									R\$

15.7. A planilha deverá contemplar todos os custos necessários à execução integral da solução, inclusive disponibilização dos equipamentos, softwares, licenças, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, peças, componentes, toners, fotocondutores, insumos, suprimentos, transporte, logística, atualizações e demais despesas diretas ou indiretas, excetuado o fornecimento de papel.

15.8. O valor mensal total de cada item deverá corresponder à soma do valor mensal de locação dos equipamentos com o valor mensal estimado das páginas impressas, quando aplicável.

15.9. Para os scanners de mesa A4, por não haver franquia de páginas impressas, a licitante deverá indicar o valor mensal correspondente à disponibilização, instalação, suporte, manutenção, licenciamento e demais custos necessários à operação dos equipamentos.

15.10. A planilha tem finalidade de composição, transparência, análise de exequibilidade e conferência dos preços ofertados, sem descaracterizar o julgamento pelo menor preço global do lote único.

15.11. A ausência de preenchimento adequado da planilha, a existência de inconsistências relevantes, a omissão de custos indispensáveis à execução do objeto ou a incompatibilidade entre os valores unitários e o preço global poderá ensejar diligência, negociação, desclassificação da proposta ou

adoção das demais providências cabíveis, conforme previsto no edital, no contrato, no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento e na legislação aplicável.

15.12. Os preços ofertados deverão compreender todos os custos diretos e indiretos necessários à execução contratual, não sendo admitida cobrança adicional por itens, serviços, licenças, peças, insumos, deslocamentos, manutenção ou suporte técnico que integrem o escopo ordinário do objeto contratado.

15.13. Os recursos orçamentários necessários ao custeio da contratação encontram-se previstos em dotação própria da GoiásFomento, indicada pela área competente na rubrica contábil 8.1.7.06.00.00.087003 — Despesas de Aluguéis — Equipamentos.

15.14. A existência de dotação orçamentária não afasta a necessidade de observância dos critérios de economicidade, vantajosidade, compatibilidade dos preços com o mercado e regular liquidação da despesa durante a execução contratual.

15.15. Eventual divergência, inconsistência ou inexecutabilidade identificada na proposta comercial poderá ensejar diligência, negociação, desclassificação ou adoção das demais providências cabíveis, conforme previsto no edital, no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento e na legislação aplicável.

15.16. Os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de referência definida no edital ou no contrato, mediante aplicação do IPCA/IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, observadas as regras do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento e a legislação aplicável.

GOIANIA, aos 16 dias do mês de junho de 2026.

ANEXO II – MATRIZ DE RISCOS

MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Processo Administrativo nº 202600059000402

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Entidade Contratante: GOIASFOMENTO

Sector requisitante: GETIN

Nome do Projeto: Outsourcing de Impressão

Tipo de contratação: Contratação de serviços sem mão de obra exclusiva

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Nome do Item	Quantidade Estimada	Preço Unitário	Preço Total
Outsourcing de Impressão, por demanda, incluindo fornecimento de equipamentos, softwares de gestão/bilhetagem, manutenção, peças, insumos e suporte técnico	48 meses		
Preço global do lote			

3. EVENTOS DE RISCO - DIAGNÓSTICO

Nº	Risco(s)	Causa(s)	Categoria	Consequência(s)	Objetivos	Efetividade dos controles	Probabilidade	Impacto
1	Incompatibilidade técnica e conflitos de responsabilidade	Parcelamento do objeto em múltiplos fornecedores	Operacionais	Prejuízo à gestão contratual, transferência de culpa em falhas e incompatibilidades sistêmicas	Objetivo Estratégico: Garantir eficiência administrativa Objetivo Operacional: Manter interoperabilidade do parque	Satisfatório	Improvável (2)	Maior (8)
2	Interrupção dos serviços de impressão e digitalização	Falta de suprimentos (toners, peças) nas dependências da agência	Operacionais	Atrasos em processos críticos e paralisação de atividades administrativas	Objetivo Estratégico: Continuidade dos serviços Objetivo Operacional: Disponibilidade > 95%	Satisfatório	Possível (3)	Maior (8)
3	Desperdício de papel e recursos financeiros	Falta de controle sobre o volume de impressões por usuário e centro de custo	Financeiros	Aumento injustificado de custos e impacto ambiental negativo	Objetivo Estratégico: Sustentabilidade Objetivo Operacional: Redução de consumo	Forte	Improvável (2)	Moderado (4)
4	Descarte irregular de resíduos poluentes	Descumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos pela contratada	Ambientais	Danos ambientais e geração de passivo para a goiásfomento	Objetivo Estratégico: Responsabilidade socioambiental Objetivo Operacional: Logística reversa efetiva	Satisfatório	Improvável (2)	Maior (8)

5	Demora no reparo de equipamentos defeituosos	Descumprimento dos prazos de Acordo de Nível de Serviço (SLA) de suporte técnico	Operacionais	Filas de impressão, sobrecarga de outros dispositivos e ineficiência	Objetivo Estratégico: Eficiência operacional Objetivo Operacional: Reparo em até 4 horas	Satisfatório	Possível (3)	Moderado (4)
6	Subcontratação irregular dos serviços	Tentativa da contratada de repassar obrigações a terceiros	De Conformidade	Diluição de responsabilidade e perda de qualidade do serviço	Objetivo Estratégico: Segurança jurídica Objetivo Operacional: Responsabilidade única	Forte	Raro (1)	Maior (8)
7	Equipamentos com defeitos repetitivos	Fornecimento de equipamentos de baixa qualidade ou obsoletos	Operacionais	Indisponibilidade constante e necessidade de retrabalho	Objetivo Estratégico: Modernização tecnológica Objetivo Operacional: Equipamentos novos e de primeiro uso	Satisfatório	Improvável (2)	Moderado (4)

4. EVENTOS DE RISCO – AÇÕES E RESPONSÁVEIS

Nº	Risco(s)	Resposta ao risco	Ações Preventivas	Responsável Preventivas	Ações Contingência	Proprietário do risco
1	Incompatibilidade técnica e conflitos de responsabilidade	Evitar	Licitar a contratação em lote único, integrando equipamentos, software e serviços	Equipe de Planejamento	Rejeitar propostas que prevejam o parcelamento do objeto	Pregoeiro
2	Interrupção dos serviços de impressão e digitalização	Reduzir	Exigir logística de reposição automática e manutenção de estoque mínimo nas dependências	Equipe de Planejamento	Notificar a contratada e aplicar sanções administrativas previstas	Gestor do Contrato
3	Desperdício de papel e recursos financeiros	Reduzir	Implementar software de bilhetagem, controle por cotas e funcionalidade pull printing	GETIN	Auditar logs de impressão e reorientar usuários com alto consumo	Gestor do Contrato
4	Descarte irregular de resíduos poluentes	Reduzir	Exigir programa de logística reversa e certificações ambientais no edital	Equipe de Planejamento	Acionar órgãos ambientais competentes e rescindir o contrato	Gestor do Contrato
5	Demora no reparo de equipamentos defeituosos	Reduzir	Estabelecer SLA rigoroso (2h para início e 4h para conclusão do reparo)	Equipe de Planejamento	Aplicar glosas e penalidades conforme previsto contratualmente	Fiscal do Contrato
6	Subcontratação irregular dos serviços	Evitar	Vedação expressa à subcontratação no Termo de Referência	Equipe de Planejamento	Rescisão contratual imediata e aplicação de multas	Gestor do Contrato
7	Equipamentos com defeitos repetitivos	Reduzir	Exigir equipamentos novos e substituição obrigatória após 3 falhas no mês ou 6 no semestre	Equipe de Planejamento	Exigir troca imediata do equipamento e aplicar penalidade em caso de recusa	Fiscal do Contrato

ANEXO III
MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE
OUTSOURCING DE IMPRESSÃO, POR DEMANDA,
COMPREENDENDO O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO,
CONFIGURAÇÃO, DISPONIBILIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE
PARQUE TECNOLÓGICO, ALÉM DOS RESPECTIVOS
SOFTWARES, QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA DE
FOMENTO DE GOIÁS S/A E A EMPRESA XXXXXX, NA FORMA
ABAIXO:**

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado, a AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S.A. — GOIÁSFOMENTO, sociedade anônima de economia mista de capital fechado, autorizada a sua criação pela Lei Estadual nº 13.533, de 15 de outubro de 1999, inscrita no CNPJ sob o nº 03.918.382/0001-25, com sede na Avenida Goiás, nº 91, Setor Central, Goiânia/GO, CEP 74.005-010, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, o senhor RIVAEI AGUIAR PEREIRA, brasileiro, casado, gestor fazendário, portador da Cédula de Identidade nº 2.795.011 PC/GO e inscrito no CPF sob o nº XXX.372.391-XX, e por sua Diretora Administrativa e Financeira, a senhora LARA GARCIA BORGES FERREIRA, brasileira, casada, gestora governamental, portadora da Cédula de Identidade nº 6.588.407 SSP/GO e inscrita no CPF sob o nº XXX.741.336-XX, ambos residentes e domiciliados em Goiânia, Estado de Goiás; e, de outro lado, a empresa _____, sociedade empresária _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, nº _____, Setor/Bairro _____, Município/UF, CEP _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) na _____, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Contrato.

23.18. As partes vinculam-se aos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026, do Termo de Referência, da Matriz de Riscos, da Proposta Comercial da CONTRATADA e dos demais documentos que instruem o Processo Administrativo SEI nº 202600059000402, considerando o Parecer Jurídico nº ____/2026 — GEJUD, SEI nº _____, e o Ato de Homologação da Presidência, SEI nº _____, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

23.19.

1. – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2. O presente Contrato decorre do Pregão Eletrônico nº ____/2026, instruído no Processo Administrativo SEI nº 202600059000402, e rege-se pela Lei Federal nº 13.303/2016, pelo Regulamento

Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento, pela Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável, e pelas demais normas pertinentes.

3. A Lei Federal nº 14.133/2021 será aplicada apenas subsidiariamente, no que couber e desde que suas disposições sejam compatíveis com o regime jurídico das empresas estatais.

2. – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto, pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, a prestação continuada de serviços de outsourcing de impressão, por demanda, para atendimento das necessidades de impressão, cópia e digitalização da CONTRATANTE.

A contratação compreende o fornecimento, a instalação, a configuração, a disponibilização e a manutenção preventiva e corretiva de parque tecnológico composto por 45 (quarenta e cinco) equipamentos novos, de primeiro uso e em linha de fabricação, bem como:

- a) softwares de gestão de ativos, contabilização, bilhetagem, monitoramento e digitalização com OCR;
- b) licenças de uso e acesso necessárias ao funcionamento da solução;
- c) suporte técnico presencial on-site;
- d) fornecimento e reposição de peças, componentes, toners, fotocondutores, insumos e demais suprimentos necessários à execução contratual, excetuado o fornecimento de papel.

2.3. O parque tecnológico será composto pelos seguintes equipamentos:

Especificação	Quantitativo	Unidade de medida
Multifuncionais monocromáticas A4	10	Equipamentos
Multifuncionais policromáticas A4	5	Equipamentos
Impressoras monocromáticas A4	10	Equipamentos
Impressoras policromáticas A4	10	Equipamentos
Scanners de mesa A4	10	Equipamentos
Total	45	Equipamentos

2.4. As especificações técnicas, funcionalidades, condições de instalação, níveis mínimos de serviço, critérios de medição e demais requisitos de execução encontram-se detalhados no Termo de Referência, que integra este Contrato independentemente de transcrição.

Parágrafo Primeiro: Em caso de divergência entre as condições mencionadas na Proposta da CONTRATADA e as expressas neste Contrato, prevalecerão as deste último.

3. – DOS PREÇOS

Pelos serviços objeto deste Contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores constantes da proposta comercial aceita no procedimento licitatório, que integra este instrumento independentemente de transcrição, conforme o seguinte resumo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Outsourcing de Impressão (Meses)	48	-----	-----
TOTAL =>	48		

VALOR TOTAL MENSAL: R\$ xxxxxxxx ().

VALOR TOTAL GLOBAL: R\$ xxxxxxxxxxxx ().

3.3. A composição dos preços observará a planilha apresentada pela CONTRATADA, que discriminará, conforme aplicável, os valores de disponibilização ou locação dos equipamentos, das páginas impressas, dos softwares, das licenças e dos demais componentes da solução.

3.4. Para os scanners de mesa A4, o preço compreenderá a disponibilização, instalação, configuração, suporte, manutenção, licenciamento e demais custos necessários à sua operação, sem vinculação a volume de páginas impressas.

3.5. Estão incluídos nos preços contratados todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, inclusive equipamentos, softwares, licenças, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, peças, componentes, toners, fotocondutores, insumos, suprimentos, transporte, logística, atualizações, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e administrativos, excetuado exclusivamente o fornecimento de papel.

3.6. Os tributos, encargos, custos ou despesas omitidos, incorretamente cotados ou não discriminados na proposta serão considerados incluídos nos preços contratados, não sendo admitida cobrança adicional por itens ou serviços que integrem o escopo ordinário da contratação.

3.7. Os valores previstos nesta cláusula constituem o limite contratual, sem prejuízo das medições mensais, glosas e demais ajustes decorrentes da efetiva execução dos serviços, nos termos do Termo de Referência e deste Contrato.

3.8. Os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta final aceita pela GoiásFomento, mediante aplicação do IPCA/IBGE, ou de outro índice que venha a substituí-lo, observadas as regras da Lei Federal nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento e da legislação aplicável.

3.9. O reajuste dependerá de solicitação formal da CONTRATADA, acompanhada da memória de cálculo e dos documentos necessários à conferência pela CONTRATANTE.

3.10. Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste antes da prorrogação, renovação, encerramento contratual ou pagamento final do período correspondente, considerar-se-á precluso o direito quanto às parcelas anteriores, vedada a aplicação retroativa sem prévio requerimento tempestivo.

3.11. O reajuste não se confunde com recomposição ou reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fatos imprevisíveis, extraordinários ou alheios à álea ordinária do contrato.

3.12. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro somente será admitida nas hipóteses legalmente cabíveis, mediante requerimento formal da parte interessada, acompanhado de demonstração objetiva de fato superveniente, extraordinário, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, alheio à sua responsabilidade, com comprovação do nexo causal, dos itens impactados e da efetiva repercussão econômica na execução contratual, observada a matriz de riscos. Não serão admitidos pedidos fundados em variações ordinárias de mercado, erro de proposta, subdimensionamento de custos, falha de planejamento, insuficiência logística ou riscos atribuídos à CONTRATADA. O eventual deferimento dependerá de análise técnica, manifestação das áreas competentes, autorização da autoridade competente e formalização por instrumento próprio.

4. – DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de recursos próprios da CONTRATANTE, consignados na rubrica contábil 8.1.7.06.00.00.087003 — Despesas de Aluguéis — Equipamentos

5. – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- a. O prazo de vigência deste Contrato será de 48 (quarenta e oito) meses, contado da data de sua assinatura ou da data indicada na Ordem de Serviço inicial, conforme nela definido.
- b. A contratação foi estruturada pelo prazo máximo previsto para sua execução, não sendo admitida prorrogação ordinária ao término da vigência.
- c. Eventual extensão excepcional do prazo somente poderá ocorrer se juridicamente admitida, mediante justificativa da área competente, demonstração de vantajosidade, autorização prévia da autoridade competente e formalização por instrumento próprio.

6. – DOS PAGAMENTOS

- a. O pagamento será efetuado mensalmente, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado do recebimento da nota fiscal ou fatura regularmente apresentada, conferida e atestada pela fiscalização contratual.
- b. O pagamento será realizado mediante crédito em conta bancária de titularidade da CONTRATADA, formalmente indicada à CONTRATANTE.
- c. A nota fiscal ou fatura deverá ser emitida em nome da Agência de Fomento de Goiás S.A. — GoiásFomento, inscrita no CNPJ sob o nº 03.918.382/0001-25, e conter, no mínimo:
 - a) identificação do Contrato;
 - b) período de referência;
 - c) descrição dos serviços prestados;
 - d) valores faturados;
 - e) volume de páginas impressas e copiadas, quando aplicável;
 - f) demais informações necessárias à conferência da medição.
- d. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal ou fatura mensal:
 - a) relatório de execução dos serviços;
 - b) planilhas de medição;
 - c) dados de contabilização e bilhetagem;
 - d) identificação dos equipamentos utilizados;
 - e) chamados técnicos registrados e atendimentos realizados;

- f) prazos de atendimento e reparo;
- g) ocorrências relevantes do período;
- h) demais documentos exigidos pelo Termo de Referência ou pela fiscalização contratual.

O atesto somente será realizado após a verificação da regular execução dos serviços, da compatibilidade entre os valores faturados e os serviços efetivamente prestados, do cumprimento dos níveis mínimos de serviço e da regularidade da documentação apresentada.

e. A liquidação e o pagamento ficam condicionados ao recebimento e ao atesto dos serviços, na forma da Cláusula Sétima deste Contrato.

f. Antes do pagamento, será verificada a manutenção das condições de habilitação e da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA, mediante consulta aos sistemas oficiais disponíveis.

g. Quando as informações não estiverem disponíveis ou regulares nos sistemas de consulta, poderão ser exigidas a Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e os demais documentos pertinentes.

h. Havendo erro na nota fiscal ou fatura, inconsistência na medição, ausência de relatório obrigatório, divergência de valores ou pendência documental imputável à CONTRATADA, o documento será devolvido para correção, reiniciando-se o prazo de pagamento a partir de sua reapresentação regular.

i. A CONTRATANTE poderá glosar os valores correspondentes a:

- a) serviços não executados;
- b) medições inconsistentes;
- c) equipamentos inoperantes além dos prazos admitidos;
- d) descumprimento injustificado dos níveis mínimos de serviço;
- e) ausência de reposição de suprimentos;
- f) falhas de suporte técnico;
- g) demais desconformidades que impactem a execução contratual.

j. As glosas serão motivadas pela fiscalização contratual, com indicação da ocorrência, do período afetado, do valor correspondente e dos elementos técnicos que fundamentem o desconto, assegurada à CONTRATADA a possibilidade de apresentar esclarecimentos.

k. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência imputável à CONTRATADA que impeça a regular liquidação da despesa, sem incidência de atualização, juros, encargos ou indenização pelo período de atraso decorrente de fato a ela atribuído.

l. O pagamento efetuado pela CONTRATANTE não implica aceitação definitiva de serviços executados em desconformidade, nem afasta a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, falhas, defeitos, danos ou irregularidades posteriormente identificados.

7. – DO RECEBIMENTO E ATESTO DOS SERVIÇOS:

a. Os serviços serão recebidos e atestados mensalmente pela fiscalização contratual formalmente designada, observadas as competências estabelecidas na Cláusula Décima Segunda deste Contrato.

b. Para fins de recebimento e atesto, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal ou fatura:

- I — relatório mensal de execução dos serviços;
- II — planilhas de medição;
- III — relatórios de contabilização e bilhetagem;
- IV — quantitativos de páginas impressas e copiadas;
- V — informações de consumo por equipamento, usuário, setor ou centro de custo;
- VI — relação dos chamados técnicos registrados e dos atendimentos realizados;
- VII — indicação dos prazos de atendimento e de conclusão dos reparos;
- VIII — registro das substituições de equipamentos, reposições de suprimentos e demais ocorrências relevantes do período; e

IX — demais documentos exigidos neste Contrato ou no Termo de Referência.

c. O atesto somente será realizado após a verificação:

I — da regular execução dos serviços;

II — da conformidade com as especificações técnicas e demais condições contratuais;

III — da consistência das medições e dos relatórios apresentados;

IV — da compatibilidade entre os valores faturados e os serviços efetivamente prestados;

V — do cumprimento dos níveis mínimos de serviço e dos prazos contratuais; e

VI — da regularidade da documentação exigida.

d. A fiscalização poderá solicitar esclarecimentos, documentos complementares, correções das medições ou demonstrações necessárias à verificação da conformidade dos serviços.

e. Constatados vícios, defeitos, falhas, incorreções, inadequações técnicas ou desconformidades, os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo a CONTRATADA reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas, a parcela afetada, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

f. As correções deverão ser realizadas no prazo contratualmente estabelecido ou naquele fixado pela fiscalização, de forma compatível com a natureza da ocorrência e com os níveis mínimos de serviço aplicáveis.

g. A parcela executada em desconformidade não será atestada enquanto não houver sua regularização, sem prejuízo das glosas, sanções e demais medidas administrativas cabíveis.

h. Regularizada a execução e constatado o cumprimento das condições contratuais, a fiscalização realizará o atesto e encaminhará a documentação para liquidação e pagamento.

i. A reprovação dos serviços, em qualquer fase da execução, não afasta as responsabilidades da CONTRATADA nem implica alteração ou redução das obrigações e penalidades previstas neste Contrato.

j. O recebimento, o atesto ou o pagamento não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos, falhas, danos ou desconformidades posteriormente identificados.

8. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

a. Designar formalmente gestor e fiscal(is) do Contrato, bem como seus substitutos, para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, registrar ocorrências, conferir medições, verificar o cumprimento das obrigações contratuais e praticar os atos de gestão e fiscalização previstos na legislação aplicável, sem que tal atuação implique assunção de responsabilidade pela execução dos serviços ou transferência de obrigações da CONTRATADA.

b. Fornecer à CONTRATADA, quando necessário e mediante solicitação formal, as informações técnicas, operacionais e institucionais indispensáveis à implantação e execução da solução contratada, não se responsabilizando por atrasos, falhas ou prejuízos decorrentes de informações incorretas, incompletas ou desatualizadas fornecidas pela própria CONTRATADA ou por terceiros.

c. Indicar os locais de instalação dos equipamentos e permitir o acesso da equipe técnica da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, observadas as normas internas de segurança, os procedimentos de controle de acesso, os horários autorizados e a disponibilidade operacional da CONTRATANTE.

d. Disponibilizar, nos locais de instalação definidos pela CONTRATANTE, os pontos de energia elétrica, os pontos de rede lógica e as condições físicas ordinariamente existentes para funcionamento dos equipamentos, não respondendo por adequações específicas, obras, adaptações estruturais ou requisitos técnicos extraordinários não previstos no Termo de Referência ou não previamente aprovados pela CONTRATANTE.

e. Disponibilizar, quando necessários e observadas as normas internas de segurança da informação, proteção de dados e governança tecnológica, os acessos lógicos indispensáveis à instalação, configuração e integração dos softwares previstos na contratação, podendo restringir, suspender ou revogar acessos sempre que houver necessidade operacional, risco à segurança ou descumprimento das normas aplicáveis.

- f. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das especificações técnicas, dos prazos, dos níveis mínimos de serviço e das demais condições contratuais, sem que a fiscalização, o acompanhamento, a aprovação de procedimentos ou a ausência de apontamentos impliquem aceitação tácita de irregularidades ou exoneração das responsabilidades da CONTRATADA.
- g. Registrar as ocorrências relacionadas à execução contratual e determinar à CONTRATADA a correção de falhas, irregularidades, vícios, defeitos ou desconformidades identificadas, podendo estabelecer prazos compatíveis com a criticidade da ocorrência e adotar as medidas contratuais cabíveis em caso de descumprimento.
- h. Exigir, a qualquer tempo e sem ônus adicional para a CONTRATANTE, a substituição de equipamentos, peças, componentes, insumos, suprimentos ou serviços que não atendam às especificações técnicas, aos requisitos de desempenho, aos níveis mínimos de serviço, às condições de segurança, às exigências contratuais ou às necessidades operacionais da CONTRATANTE.
- i. Receber, conferir e atestar, quando regulares, os serviços prestados, os relatórios mensais, as planilhas de medição, as informações de contabilização e bilhetagem e os demais documentos apresentados para fins de faturamento, podendo solicitar esclarecimentos, documentos complementares, correções, ajustes ou comprovações adicionais antes da emissão do atesto.
- j. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA somente após o regular recebimento e atesto dos serviços, a apresentação da documentação exigida e o cumprimento das condições previstas neste Contrato, no Termo de Referência e na legislação aplicável, não sendo devido qualquer pagamento por serviços não executados, executados parcialmente ou em desconformidade.
- k. Verificar, para fins de liquidação e pagamento, a manutenção das condições de habilitação e da regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e demais requisitos legais exigíveis da CONTRATADA, podendo suspender a tramitação do pagamento até a regularização das pendências identificadas, nos termos da legislação aplicável.
- l. Efetuar as retenções tributárias, previdenciárias e demais deduções legalmente exigidas, não assumindo responsabilidade por obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais ou contratuais de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.
- m. Comunicar formalmente à CONTRATADA as falhas, irregularidades, atrasos, inconsistências de medição, desconformidades técnicas ou demais ocorrências verificadas na execução contratual, sem prejuízo da adoção imediata das medidas necessárias à proteção do interesse público e à continuidade dos serviços.
- n. Analisar, conforme sua disponibilidade operacional e observadas as prioridades institucionais, as justificativas, solicitações de acesso, agendamentos de manutenção, pedidos de remanejamento e demais comunicações apresentadas pela CONTRATADA, não se responsabilizando por impactos decorrentes de solicitações incompletas, intempestivas ou desacompanhadas das informações necessárias à análise.
- o. Aplicar, quando cabíveis, as medidas administrativas, glosas, retenções, sanções e demais consequências previstas neste Contrato, no Termo de Referência, no Edital e na legislação aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- p. Zelar pela observância, pelos empregados, representantes e prepostos da CONTRATADA, das normas internas de acesso, segurança da informação, sigilo, proteção de dados, conduta, saúde e segurança ocupacional e uso das instalações da CONTRATANTE, podendo restringir acessos, exigir substituições de profissionais ou adotar medidas preventivas sempre que necessário à proteção de seus interesses institucionais.
- q. Solicitar reuniões técnicas, alinhamentos operacionais, demonstrações, testes, relatórios complementares e esclarecimentos necessários à adequada implantação, execução, monitoramento ou correção dos serviços, sem que tais solicitações gerem direito a remuneração adicional, reequilíbrio econômico-financeiro ou prorrogação automática de prazos.
- r. A CONTRATANTE não responderá por perdas, danos, custos, encargos ou prejuízos decorrentes de falhas de planejamento, dimensionamento inadequado da solução, erros operacionais, insuficiência de recursos técnicos, descumprimento contratual ou qualquer ato ou omissão imputável à CONTRATADA, seus empregados, prepostos ou subcontratados.

- s. O exercício das prerrogativas de fiscalização, acompanhamento, orientação, aprovação de documentos, recebimento, atesto ou pagamento não implica reconhecimento de conformidade definitiva dos serviços nem afasta o direito da CONTRATANTE de exigir correções, aplicar glosas, apurar responsabilidades ou pleitear reparação por danos posteriormente identificados.
- t. Cumprir as demais obrigações previstas no Termo de Referência, no Edital, neste Contrato e na legislação aplicável, observados os limites de suas competências legais e contratuais.

9. – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a. Executar integralmente o objeto, por sua conta e risco, com estrutura técnica, operacional e logística própria, responsabilizando-se pela compatibilidade, interoperabilidade e funcionamento conjunto dos equipamentos, softwares, licenças, componentes, insumos e serviços, vedada a transferência de responsabilidade à CONTRATANTE, a fabricantes, distribuidores ou terceiros.
- b. Prestar os serviços de forma contínua, regular e adequada, assegurando a gestão centralizada do parque, a rastreabilidade do uso, a digitalização com OCR e disponibilidade operacional superior a 95% (noventa e cinco por cento) dos equipamentos instalados.
- c. Fornecer, instalar, configurar, integrar, testar e manter em funcionamento os 45 (quarenta e cinco) equipamentos contratados, bem como os softwares, licenças, acessórios, peças, componentes, toners, fotocondutores, insumos e suprimentos necessários à execução do objeto, excetuado exclusivamente o fornecimento de papel.
- d. A CONTRATADA deverá apresentar, antes do início da execução, cronograma de implantação da solução, contemplando entrega, instalação, configuração, testes, disponibilização operacional dos equipamentos, ativação dos softwares, validação de bilhetagem, monitoramento e digitalização com OCR, sem prejuízo das demais exigências do Termo de Referência.
- e. A implantação deverá ser conduzida de modo a preservar a continuidade dos serviços de impressão, cópia e digitalização da CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA cooperar com a GoiásFomento, com a área técnica e com a fiscalização contratual durante o período de transição.
- f. A CONTRATADA responderá por atrasos, falhas de instalação, incompatibilidades técnicas, indisponibilidade de equipamentos, ausência de suprimentos ou qualquer ocorrência a ela imputável que comprometa a regular transição ou a continuidade dos serviços.
- g. Disponibilizar equipamentos novos, de primeiro uso, originais, em linha de fabricação, compatíveis com a infraestrutura tecnológica da CONTRATANTE, acompanhados dos acessórios necessários e em conformidade com as especificações técnicas do Termo de Referência.
- h. Disponibilizar e manter atualizados os sistemas de gestão de ativos, contabilização, bilhetagem, monitoramento e digitalização, com integração ao Microsoft Active Directory, operação via Web/Intranet, protocolo SNMP, suporte a ambiente virtualizado, emissão de relatórios, logs de auditoria, monitoramento remoto e controle por usuário, equipamento, setor e centro de custo.
- i. Manter em funcionamento os recursos de autenticação, controle por cotas, impressão retida, *pull printing* ou *follow me*, fornecendo todas as licenças necessárias, sem limitação de páginas, usuários, estações ou servidores, salvo disposição técnica expressamente aceita pela CONTRATANTE, bem como servidor, hardware, banco de dados e atualizações corretivas ou evolutivas necessários ao funcionamento da solução, sem custo adicional.
- j. Disponibilizar suporte técnico em língua portuguesa, por canais telefônico, eletrônico ou web, com atendimento presencial on-site iniciado em até 2 (duas) horas úteis após a abertura do chamado e conclusão do reparo em até 4 (quatro) horas úteis, contadas do início do atendimento, mantendo registros verificáveis de todas as etapas do chamado.
- k. Substituir provisória ou definitivamente, sem ônus adicional, por equipamento novo, compatível e de especificações iguais ou superiores:
- I — o equipamento cujo reparo não seja concluído no prazo contratual;
 - II — o equipamento que apresente desempenho incompatível, indisponibilidade injustificada ou incapacidade de atendimento aos níveis mínimos de serviço; e
 - III — o equipamento que apresente 3 (três) falhas no mesmo mês ou 6 (seis) falhas no semestre.

Parágrafo único. O atraso injustificado, a recusa de substituição ou o fornecimento de equipamento inferior ou incompatível caracterizam descumprimento contratual e sujeitam a CONTRATADA às glosas, sanções e demais medidas cabíveis.

l. Executar todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias e manter, nas dependências da CONTRATANTE, estoque mínimo de suprimentos suficiente para impedir a paralisação dos serviços, promovendo reposição automática a cada 15 (quinze) dias ou sempre que necessário, conforme os níveis de consumo identificados pelo sistema de monitoramento.

m. Parágrafo único. A interrupção decorrente de falta de peças, toners, componentes ou suprimentos imputável à CONTRATADA não gera direito a pagamento pelo período afetado, sem prejuízo das glosas, sanções e demais consequências contratuais.

n. Apresentar mensalmente, juntamente com a nota fiscal ou fatura:

- I — relatório de execução dos serviços;
- II — planilhas de medição e dados de contabilização e bilhetagem;
- III — consumo por equipamento, usuário, setor e centro de custo;
- IV — chamados técnicos, prazos de atendimento e reparo;
- V — substituições, reposições e demais ocorrências relevantes; e
- VI — documentos necessários à conferência, ao recebimento e ao atesto.

o. Preservar e disponibilizar à fiscalização os dados, logs, históricos, inventários, registros de impressão, relatórios e demais elementos relacionados à execução, permitindo o acesso aos equipamentos, softwares, sistemas e informações técnicas, sem que a fiscalização, o recebimento, o atesto ou o pagamento excluam ou reduzam sua responsabilidade.

p. Reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas, qualquer serviço, equipamento, software, peça, componente, insumo ou suprimento que apresente vício, defeito, incorreção, inadequação ou desconformidade.

q. Observar as normas internas de acesso, segurança da informação, sigilo, confidencialidade e proteção de dados, cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 e comunicar imediatamente qualquer incidente, acesso indevido, perda, alteração ou comprometimento de dados, documentos, sistemas ou credenciais.

r. Manter, durante toda a execução:

- I — estrutura técnica ou laboratório técnico na região de Goiânia/GO apto à prestação dos serviços;
- II — equipe composta por, no mínimo, 2 (dois) técnicos capacitados para atendimento, manutenção e suporte dos equipamentos ofertados;
- III — empregados e prepostos devidamente identificados e orientados quanto às normas da CONTRATANTE; e
- IV — representante formal responsável pela interlocução e pelo acompanhamento do Contrato.

9.15. Responsabilizar-se exclusivamente:

- I — pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e administrativos decorrentes da execução;
- II — pelos acidentes de trabalho envolvendo seus empregados ou prepostos; e
- III — pelos danos materiais, pessoais, morais, ambientais ou institucionais causados à CONTRATANTE ou a terceiros por ação ou omissão relacionada à execução contratual.

s. Implementar e manter programa de logística reversa, responsabilizando-se, sem ônus para a CONTRATANTE, pela coleta, acondicionamento, transporte, armazenamento temporário e destinação ambientalmente adequada dos toners, cartuchos, embalagens, peças, fotocondutores, equipamentos inservíveis e demais resíduos, devendo:

- I — apresentar comprovação da destinação semestralmente ou sempre que solicitado;
- II — retirar os materiais inservíveis no prazo máximo de 3 (três) meses; e
- III — reparar integralmente danos, passivos e irregularidades ambientais decorrentes da execução.

t. Executar diretamente todas as obrigações assumidas, sendo vedada a transferência, cessão, terceirização ou subcontratação total ou parcial do objeto.

u. Parágrafo único. A subcontratação irregular constitui infração contratual e sujeita a CONTRATADA à imediata cessação da irregularidade, à aplicação de sanções e à eventual extinção do Contrato, observados o contraditório e a ampla defesa.

v. Manter todas as condições de habilitação, qualificação técnica, capacidade operacional e regularidade exigidas na licitação, devendo:

I — comunicar, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, alterações cadastrais, de endereço, contatos, representantes ou responsáveis técnicos;

II — comunicar previamente qualquer fusão, cisão, incorporação, transformação, alteração de controle ou sucessão empresarial;

III — submeter eventual alteração subjetiva à anuência prévia e expressa da CONTRATANTE, mediante comprovação da preservação das condições de habilitação, da capacidade operacional, da continuidade dos serviços e das garantias contratuais; e

IV — cumprir as determinações da fiscalização e as demais obrigações previstas no Termo de Referência, na Matriz de Riscos, no Edital, neste Contrato, na proposta aceita e na legislação aplicável.

10. – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

a. A CONTRATADA responderá integralmente pelos danos diretos causados à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência de ação ou omissão relacionada à execução contratual, inclusive quando praticada por seus empregados, representantes ou prepostos.

b. A responsabilidade prevista nesta cláusula compreende os danos materiais, pessoais e ambientais, os prejuízos decorrentes da indisponibilidade ou interrupção dos serviços e os custos necessários à reparação, recomposição ou regularização da situação, desde que comprovado o nexo com conduta imputável à CONTRATADA.

c. A CONTRATADA deverá reparar integralmente o dano ou ressarcir a CONTRATANTE pelos valores que esta comprovadamente suportar em razão de fato imputável à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de glosas, multas, sanções e demais medidas contratuais cabíveis.

d. A apuração e o ressarcimento dos prejuízos poderão ocorrer mediante desconto de créditos devidos à CONTRATADA, execução ou retenção da garantia contratual, cobrança administrativa ou medida judicial cabível, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

e. A fiscalização, o acompanhamento, a orientação, o recebimento, o atesto ou o pagamento dos serviços não excluem nem reduzem a responsabilidade civil da CONTRATADA, nem importam aceitação definitiva de vícios, defeitos, falhas, danos ou desconformidades posteriormente identificados.

f. A responsabilidade da CONTRATADA será regida por este Contrato, pelo Termo de Referência, pela Matriz de Riscos, pelo Código Civil e pelas demais normas aplicáveis, ressalvados os danos comprovadamente decorrentes de culpa exclusiva da CONTRATANTE, de terceiro estranho à execução ou de evento não imputável à CONTRATADA

11. – DAS PENALIDADES

11.1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, pelo atraso injustificado ou pelo descumprimento de qualquer obrigação contratual, a GoiásFomento poderá, após regular processo administrativo e assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I — advertência escrita;

II — multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor da obrigação inadimplida, limitada ao período de 30 (trinta) dias;

III — multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

IV — multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, no caso de inexecução parcial; e

V — suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a GoiásFomento pelo prazo de até 2 (dois) anos, nos termos do art. 157 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento.

11.2. A advertência será aplicada às infrações de menor gravidade, quando as circunstâncias do caso concreto não justificarem sanção mais severa, e não constitui pressuposto para a aplicação de multa ou suspensão temporária.

11.3. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias poderá caracterizar inexecução parcial ou total do Contrato, conforme a extensão da obrigação inadimplida e o comprometimento da utilidade do objeto, facultada à GoiásFomento a aplicação da multa compensatória correspondente.

Parágrafo único. Na hipótese deste item, o valor da multa moratória aplicada pelo mesmo fato será deduzido da multa compensatória, vedada a duplicidade de penalização sobre a mesma base de cálculo.

11.4. Sem prejuízo da avaliação das circunstâncias do caso concreto, poderão caracterizar inexecução contratual, para fins de aplicação das sanções previstas nesta cláusula:

I — o descumprimento injustificado dos prazos de entrega, instalação, atendimento, reparo ou substituição de equipamentos;

II — a interrupção ou indisponibilidade dos serviços por falta de toners, peças, componentes, insumos ou suprimentos;

III — o descumprimento do índice mínimo de disponibilidade operacional ou dos demais níveis mínimos de serviço;

IV — a recusa ou demora injustificada na substituição de equipamento defeituoso, incompatível ou com falhas repetitivas;

V — a desativação, alteração ou indisponibilidade indevida dos sistemas de gestão, bilhetagem, monitoramento, impressão retida, rastreabilidade ou auditoria;

VI — a subcontratação, cessão, transferência ou repasse não autorizado de obrigações integrantes do objeto;

VII — o descumprimento das obrigações de logística reversa ou de destinação ambientalmente adequada dos resíduos;

VIII — a violação das obrigações de sigilo, segurança da informação ou proteção de dados; e

IX — o descumprimento das demais obrigações previstas neste Contrato, no Termo de Referência, na Matriz de Riscos, no Edital ou na proposta aceita.

11.5. As sanções de advertência e de suspensão temporária poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, nos termos do art. 157, § 4º, do RILC.

11.6. Na definição da sanção e de sua extensão serão considerados:

I — a natureza e a gravidade da infração;

II — os riscos e prejuízos causados à GoiásFomento ou a terceiros;

III — o caráter isolado ou reiterado da conduta;

IV — as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

V — o grau de comprometimento da execução e da continuidade dos serviços;

VI — a vantagem obtida ou pretendida pela CONTRATADA; e

VII — as medidas adotadas para corrigir a irregularidade e reduzir seus efeitos.

11.7. A aplicação de qualquer sanção será precedida de notificação da CONTRATADA, com descrição dos fatos e dos fundamentos pertinentes, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa, contado na forma do art. 157, § 1º, do RILC.

11.8. A multa aplicada após regular processo administrativo será descontada da garantia contratual.

§ 1º. Se a multa for superior ao valor da garantia prestada, a CONTRATADA responderá pela diferença, que poderá ser descontada dos créditos eventualmente devidos pela GoiásFomento.

§ 2º. Inexistindo créditos suficientes, o valor remanescente será cobrado administrativa ou judicialmente.

§ 3º. O desconto da multa não prejudica a cobrança de indenização suplementar quando os prejuízos comprovadamente causados superarem o valor da penalidade aplicada.

11.9. A reincidência em infração anteriormente punida com advertência poderá ensejar a aplicação de sanção mais severa, considerada a natureza da nova ocorrência e as circunstâncias do caso concreto.

11.10. O atingimento, isolado ou acumulado, de multas em valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato poderá ensejar a instauração de procedimento para sua rescisão, mediante decisão motivada da autoridade competente, sem prejuízo da apuração de perdas e danos e da aplicação das demais medidas cabíveis.

11.11. A glosa destinada a adequar o pagamento aos serviços efetivamente executados e aos níveis mínimos de serviço alcançados não possui natureza de sanção administrativa e poderá ser realizada cumulativamente com as penalidades previstas nesta cláusula.

11.12. A aplicação das sanções não exclui:

- I — a obrigação de corrigir, substituir, refazer ou concluir o objeto;
- II — a responsabilidade civil da CONTRATADA pelos danos causados à GoiásFomento ou a terceiros;
- III — a execução da garantia contratual;
- IV — a rescisão do Contrato, quando cabível; e
- V — a adoção das demais medidas administrativas, civis ou judiciais pertinentes.

12. – EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

a. A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por gestor e fiscal(is), e respectivos substitutos, formalmente designados por Portaria da GoiásFomento, nos termos dos arts. 151 a 154 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento e do art. 40, VII, da Lei Federal nº 13.303/2016.

b. Em conformidade com o Termo de Referência, o Gestor do Contrato e o(s) Fiscal(is) do Contrato serão vinculados à Gerência de Tecnologia da Informação – GETIN, observadas as atribuições técnicas e administrativas inerentes ao acompanhamento da execução contratual.

i. A designação definitiva do Gestor do Contrato, do(s) Fiscal(is) e de seus respectivos substitutos será formalizada por Portaria da Presidência da GoiásFomento, a qual integrará o processo de contratação e acompanhará o presente Contrato para todos os efeitos legais e administrativos.

ii. Compete ao Fiscal do Contrato, sem prejuízo das demais atribuições regulamentares:

- I — acompanhar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das especificações técnicas, dos prazos de entrega e instalação, dos níveis mínimos de serviço, da disponibilidade operacional, das condições de suporte técnico, da manutenção e da reposição de suprimentos;
- II — inspecionar os equipamentos e verificar o funcionamento dos softwares de gestão de ativos, contabilização, bilhetagem, monitoramento, impressão retida, digitalização e OCR;
- III — conferir os relatórios, registros, logs, chamados técnicos, planilhas de medição, quantitativos faturados e demais elementos relacionados à execução;
- IV — registrar, em instrumento próprio, as ocorrências verificadas e determinar as providências necessárias à correção de falhas, atrasos, irregularidades, defeitos ou desconformidades;
- V — exigir da CONTRATADA o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive a correção dos serviços, a reposição de suprimentos e a substituição de equipamentos, peças, componentes ou insumos recusados;
- VI — recusar, no todo ou em parte, serviços, equipamentos, softwares, peças, componentes, insumos ou suprimentos que não atendam às especificações e condições contratadas;
- VII — identificar a necessidade de adequação da forma de execução, submetendo-a ao Gestor do Contrato, vedada a alteração informal do objeto, dos quantitativos, dos preços, dos prazos ou das demais condições pactuadas;

VIII — realizar a conferência técnica, o recebimento provisório e o atesto dos serviços, na forma da Cláusula Sétima deste Contrato;

IX — propor, mediante registro fundamentado, a realização de glosas, a aplicação de sanções, a execução da garantia ou a adoção de outras medidas decorrentes de falhas na execução; e

X — provocar a instauração de processo administrativo destinado à apuração de responsabilidade, prejuízo, erro, vício ou irregularidade na execução contratual.

12.3. Compete ao Gestor do Contrato, sem prejuízo das demais atribuições regulamentares:

I — coordenar e supervisionar a gestão contratual, consolidando as informações e registros produzidos pela fiscalização;

II — acompanhar o cumprimento das obrigações contratuais, dos níveis mínimos de serviço e das medidas preventivas e de contingência previstas na Matriz de Riscos;

III — avaliar os relatórios e manifestações da fiscalização e adotar, no âmbito de sua competência, as providências necessárias à regularização da execução;

IV — promover ou encaminhar a apuração de descumprimentos contratuais, glosas, sanções, danos, irregularidades ambientais e demais ocorrências relevantes;

V — acompanhar a vigência, o saldo, a garantia, os pagamentos, as alterações, o reajuste, o reequilíbrio econômico-financeiro e a eventual extinção do Contrato;

VI — coordenar o recebimento definitivo, quando cabível, com base no recebimento técnico, no atesto e nas informações fornecidas pela fiscalização;

VII — encaminhar a nota fiscal ou fatura e os documentos correspondentes ao setor competente somente após o regular recebimento e atesto dos serviços; e

VIII — submeter tempestivamente à autoridade competente as decisões e providências que ultrapassem sua competência.

12.4. O gestor e o fiscal deverão acompanhar, especialmente, os riscos relacionados:

I — à interrupção dos serviços por falta de suprimentos;

II — ao descumprimento dos prazos de atendimento e reparo;

III — à indisponibilidade do parque instalado;

IV — ao desperdício e às inconsistências de contabilização e bilhetagem;

V — à destinação irregular de resíduos;

VI — à subcontratação não autorizada; e

VII — à manutenção de equipamentos com defeitos repetitivos.

12.5. As determinações da fiscalização relacionadas à execução do objeto deverão ser atendidas pela CONTRATADA nos prazos estabelecidos, sem ônus adicional para a GoiásFomento, ressalvado o direito de apresentação de justificativa formal.

12.6. As ocorrências e comunicações relevantes deverão ser registradas em meio próprio, admitida comunicação imediata por meio eletrônico em situações urgentes, desde que posteriormente formalizada.

12.7. Nenhuma orientação, tolerância, autorização operacional ou manifestação do gestor ou do fiscal poderá alterar o objeto, os preços, os quantitativos, os prazos ou as demais condições contratuais, cuja modificação dependerá de prévia autorização da autoridade competente e de formalização pelo instrumento cabível.

12.8. A CONTRATADA deverá manter preposto formalmente indicado e aceito pela GoiásFomento, com poderes e condições suficientes para acompanhar a execução, receber comunicações e adotar as providências determinadas pela gestão e pela fiscalização.

12.9. A fiscalização, o acompanhamento, a orientação, o recebimento, o atesto ou a ausência de apontamento imediato não excluem nem reduzem a responsabilidade integral da CONTRATADA por vícios, defeitos, falhas, atrasos, danos, irregularidades ou desconformidades, nem implicam corresponsabilidade da GoiásFomento ou de seus agentes.

12.10. Todos os dados, relatórios, logs, registros de bilhetagem, históricos de impressão, informações de usuários, centros de custo, estações de trabalho, chamados técnicos, medições e demais informações geradas, armazenadas ou tratadas em razão da execução contratual pertencem à

GoiásFomento, sendo vedada à CONTRATADA sua retenção, utilização ou compartilhamento para finalidade diversa da execução do contrato.

12.11. Ao término do contrato, ou sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá disponibilizar tais informações em formato aberto, legível e interoperável, usual de mercado, tais como CSV, XLSX, PDF, JSON ou outro indicado pela área técnica, no prazo fixado pela fiscalização contratual, devendo, após a transferência, eliminar ou anonimizar os dados mantidos em seus ambientes, salvo obrigação legal de retenção, hipótese em que o tratamento ficará limitado à finalidade legal correspondente.

13. – DA SUSPENSÃO CAUTELAR DA EXECUÇÃO E DA RESTRIÇÃO DE ACESSO:

a. A GoiásFomento poderá, mediante decisão motivada da autoridade competente, suspender cautelarmente, no todo ou em parte, a execução do Contrato, restringir acessos, impedir a permanência de empregados, representantes ou prepostos da CONTRATADA em suas dependências, ou determinar a adoção de medidas corretivas imediatas, quando houver indício de fato grave, conduta irregular, descumprimento contratual ou situação capaz de comprometer a segurança, o sigilo, a proteção de dados, o patrimônio, a continuidade dos serviços, a regularidade da execução ou a integridade institucional da CONTRATANTE.

b. A medida cautelar prevista nesta cláusula poderá ser adotada sempre que houver risco, indício de irregularidade, descumprimento contratual ou qualquer situação que justifique a interrupção temporária da execução, a restrição de acesso ou a adoção de providências para apuração dos fatos, contenção de riscos ou preservação dos interesses da GoiásFomento.

c. A suspensão cautelar deverá indicar, sempre que possível, sua abrangência, os fatos que a justificam, os efeitos sobre a execução, as medidas exigidas da CONTRATADA e o prazo inicial de duração ou de reavaliação.

d. Quando a urgência da situação exigir providência imediata, a suspensão cautelar ou a restrição de acesso poderá ser determinada de pronto, com posterior formalização no processo administrativo e abertura de prazo para manifestação da CONTRATADA.

e. A CONTRATADA deverá atender imediatamente às determinações da GoiásFomento, inclusive substituir empregado, representante ou preposto, apresentar esclarecimentos, preservar documentos, logs e registros, corrigir falhas, recompor a execução, reforçar controles ou adotar plano de contingência, conforme o caso.

f. A suspensão cautelar motivada por fato imputável à CONTRATADA não gerará direito a pagamento por serviços não executados, indenização, reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação automática de prazo ou ressarcimento de custos operacionais, sem prejuízo do pagamento dos serviços regularmente executados, medidos, recebidos e atestados.

g. Durante a suspensão, a GoiásFomento poderá realizar glosas, reter pagamentos controvertidos, executar a garantia, instaurar processo de apuração, aplicar sanções, rescindir o Contrato ou adotar outras medidas administrativas, civis ou judiciais cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa quando exigíveis.

h. A suspensão cautelar não se confunde com sanção administrativa e não afasta a posterior apuração de responsabilidade da CONTRATADA, nem prejudica a aplicação de penalidades, a exigência de correção, substituição ou refazimento do objeto, a reparação de danos ou a rescisão contratual.

i. Cessados os motivos que justificaram a medida, a GoiásFomento poderá autorizar a retomada total ou parcial da execução, condicionada ao cumprimento das providências determinadas, à substituição de pessoal, à regularização das falhas e à demonstração de que não subsiste risco à execução contratual.

14. – DA SUBCONTRATAÇÃO

a. Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual, devendo a CONTRATADA executar diretamente todas as obrigações assumidas, com estrutura técnica,

operacional e logística própria, responsabilizando-se integralmente perante a GoiásFomento pela execução da solução contratada.

b. A vedação prevista nesta cláusula abrange qualquer forma de transferência, cessão, repasse, terceirização ou execução por terceiros das obrigações relativas ao fornecimento, instalação, configuração, manutenção, suporte técnico, reposição de peças e suprimentos, monitoramento, bilhetagem, digitalização e demais atividades integrantes do objeto.

c. A aquisição ordinária de equipamentos, peças, insumos, licenças, suprimentos ou suporte técnico de fabricante, distribuidor ou canal autorizado não caracteriza subcontratação, desde que não implique transferência da execução contratual, ingresso de terceiros na prestação direta dos serviços ou redução da responsabilidade integral da CONTRATADA perante a GoiásFomento.

d. A CONTRATADA não poderá alegar atuação de fabricante, distribuidor, assistência técnica, parceiro comercial ou terceiro como causa de exclusão, limitação ou transferência de sua responsabilidade por falhas, atrasos, incompatibilidades, indisponibilidade, descumprimento de SLA ou qualquer outra desconformidade na execução contratual.

e. Constatada subcontratação irregular, a CONTRATADA deverá cessá-la imediatamente e reassumir diretamente a execução, sem prejuízo da aplicação de glosas, multas, sanções, execução da garantia, apuração de perdas e danos e eventual rescisão contratual.

f. As medidas previstas nesta cláusula serão adotadas mediante regular apuração administrativa, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observados o Contrato, o Termo de Referência, a Matriz de Riscos, o Edital, o RILC e a legislação aplicável.

15. – DA RESCISÃO CONTRATUAL

a. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas neste instrumento, no Termo de Referência, no Edital, no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento, na Lei Federal nº 13.303/2016 e nas demais normas aplicáveis, sem prejuízo das sanções administrativas, glosas, execução da garantia, cobrança de perdas e danos e demais medidas cabíveis.

b. A rescisão por culpa da CONTRATADA poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando constatada:

I — inexecução total ou parcial do objeto;

II — atraso injustificado ou descumprimento reiterado dos prazos de entrega, instalação, atendimento, reparo ou substituição de equipamentos;

III — descumprimento dos níveis mínimos de serviço, inclusive quanto à disponibilidade operacional do parque instalado;

IV — interrupção ou comprometimento dos serviços por falta de toners, peças, componentes, insumos ou suprimentos imputável à CONTRATADA;

V — recusa, atraso injustificado ou fornecimento inadequado de equipamento substituto, especialmente nas hipóteses de defeitos recorrentes;

VI — subcontratação, cessão, transferência, terceirização ou repasse não autorizado, total ou parcial, das obrigações integrantes do objeto;

VII — descumprimento das obrigações de logística reversa, destinação ambientalmente adequada ou comprovação da destinação dos resíduos gerados na execução contratual;

VIII — violação das obrigações de sigilo, segurança da informação ou proteção de dados;

IX — perda superveniente das condições de habilitação, qualificação técnica, capacidade operacional ou regularidade exigidas para a contratação;

X — alteração societária, sucessão empresarial, fusão, cisão, incorporação, transformação, alteração de controle ou reorganização sem comunicação prévia, sem anuência expressa da GoiásFomento ou com prejuízo à adequada execução contratual;

XI — decretação de falência, dissolução, liquidação, insolvência, recuperação judicial ou extrajudicial que comprometa a capacidade de execução do Contrato; e

XII — descumprimento de outras obrigações contratuais cuja gravidade, reiteração ou impacto comprometa a continuidade, a segurança, a conformidade ou a finalidade da contratação.

c. A rescisão fundada em culpa da CONTRATADA será precedida de regular processo administrativo, com indicação dos fatos e fundamentos, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da adoção imediata de medidas necessárias à preservação da continuidade dos serviços, da segurança da informação, do patrimônio da GoiásFomento e do interesse público envolvido.

d. Quando a rescisão decorrer de culpa da CONTRATADA, poderá ser aplicada multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, ou sobre o valor da obrigação inadimplida, conforme se trate de inexecução total ou parcial, observada a cláusula de sanções administrativas, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, da execução da garantia contratual e das demais medidas cabíveis.

e. A rescisão por interesse da GoiásFomento poderá ocorrer mediante decisão motivada da autoridade competente, desde que demonstrada a conveniência administrativa, a superveniência de fato relevante ou a inadequação da manutenção do ajuste, observados o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento, a Lei Federal nº 13.303/2016 e a legislação aplicável.

f. Na hipótese de rescisão por interesse da GoiásFomento, a CONTRATADA fará jus apenas aos valores relativos aos serviços regularmente executados, medidos, recebidos e atestados até a data da rescisão, vedada indenização por lucros cessantes, expectativa de faturamento, amortização não comprovada ou custos não reconhecidos pela CONTRATANTE.

g. A rescisão não prejudica:

I — a realização de glosas relativas a serviços não executados, executados parcialmente ou em desconformidade;

II — a exigência de correção, substituição, refazimento ou regularização de pendências;

III — a execução da garantia contratual;

IV — a aplicação das sanções administrativas cabíveis;

V — a cobrança de multas, perdas e danos e demais valores devidos;

VI — a apuração de responsabilidade por danos materiais, pessoais, ambientais, institucionais ou a terceiros; e

VII — a adoção das medidas administrativas, civis, ambientais ou judiciais pertinentes.

14.8. A CONTRATADA deverá, quando notificada da rescisão ou da iminência de rescisão, cooperar com a GoiásFomento para assegurar a continuidade mínima dos serviços, a preservação de dados, logs, relatórios e registros, a devolução ou disponibilização de informações necessárias à transição, a retirada ordenada de equipamentos e resíduos e a mitigação de riscos operacionais, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

14.9. A rescisão será formalizada por instrumento próprio ou ato administrativo competente, conforme o caso, com registro no processo administrativo correspondente.

16. – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

a. O Contrato será extinto pelo advento do termo final de sua vigência, sem prejuízo da apuração, liquidação e cumprimento das obrigações pendentes, inclusive pagamentos devidos por serviços regularmente executados, glosas, sanções, indenizações, garantia contratual, sigilo, proteção de dados, logística reversa e demais responsabilidades que devam subsistir após o encerramento contratual.

b. O Contrato poderá ser extinto antecipadamente, mediante decisão motivada da autoridade competente da GoiásFomento, quando:

I — houver insuficiência ou indisponibilidade de créditos orçamentários para sua continuidade;

II — deixar de subsistir a vantajosidade da contratação;

III — houver conveniência administrativa devidamente justificada;

IV — ocorrer hipótese de rescisão prevista neste Contrato, no Termo de Referência, no Edital, no RILC ou na legislação aplicável.

c. Na hipótese de extinção antecipada por razão não imputável à CONTRATADA, esta fará jus apenas ao pagamento dos serviços regularmente executados, medidos, recebidos e atestados até a data da extinção, vedada indenização por lucros cessantes, expectativa de faturamento, custos não comprovados ou despesas não reconhecidas pela GoiásFomento.

d. A extinção do Contrato não afasta a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos, falhas, danos, irregularidades, descumprimentos ou obrigações de correção, substituição, refazimento, sigilo, proteção de dados, logística reversa e reparação integral de prejuízos identificados antes ou depois do encerramento contratual.

e. A CONTRATADA deverá cooperar com a GoiásFomento no encerramento contratual, assegurando a continuidade mínima dos serviços durante eventual transição, a preservação e disponibilização de dados, logs, relatórios e registros, a retirada ordenada de equipamentos e resíduos e a adoção das medidas necessárias à mitigação de riscos operacionais, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

17. – DA GARANTIA

a. A CONTRATADA deverá prestar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, destinada a assegurar o cumprimento das obrigações assumidas e a cobertura de multas, glosas, indenizações, danos, prejuízos e demais valores de responsabilidade da CONTRATADA.

b. A garantia deverá ser apresentada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da assinatura do Contrato, em modalidade admitida pela legislação aplicável, pelo RILC e pelo Edital, devendo permanecer válida durante toda a vigência contratual.

c. A garantia deverá abranger as obrigações principais e acessórias da CONTRATADA, inclusive inadimplemento, falhas de execução, danos à GoiásFomento ou a terceiros, descumprimento de níveis de serviço, multas, glosas, indenizações e demais responsabilidades decorrentes do Contrato.

d. Quando prestada por fiança bancária ou seguro-garantia, a garantia deverá conter cobertura compatível com o objeto contratado, com cláusulas que assegurem sua efetiva execução pela GoiásFomento nas hipóteses de inadimplemento, observadas as condições do Edital e deste Contrato.

e. A GoiásFomento poderá utilizar a garantia, total ou parcialmente, para ressarcimento de prejuízos, pagamento de multas, glosas, indenizações, reparação de danos ou demais valores devidos pela CONTRATADA, após regular apuração e observados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

f. Utilizada total ou parcialmente a garantia, ou havendo alteração do valor contratual, prorrogação excepcional de prazo ou modificação que impacte o montante garantido, a CONTRATADA deverá recompô-la ou complementá-la no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da notificação formal.

g. A liberação ou restituição da garantia somente ocorrerá após o encerramento da vigência contratual, o recebimento definitivo do objeto e a comprovação da inexistência de pendências financeiras, técnicas, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais ou contratuais imputáveis à CONTRATADA.

h. A garantia poderá ser retida, total ou parcialmente, enquanto houver pendência de execução, apuração de responsabilidade, aplicação de sanção, reparação de dano ou cobrança de valores devidos à GoiásFomento.

i.

18. – DAS ALTERAÇÕES

a. Eventuais alterações deste Contrato observarão a Lei Federal nº 13.303/2016, o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento, o Edital, o Termo de Referência, a

Matriz de Riscos e as demais normas aplicáveis, devendo ser previamente justificadas e formalizadas por instrumento próprio.

b. O Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas seguintes hipóteses:

I — quando houver necessidade de modificação das especificações técnicas, para melhor adequação da solução aos objetivos da contratação;

II — quando necessária a modificação do valor contratual em razão de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto, observados os limites legais;

III — quando conveniente a substituição da garantia contratual;

IV — quando necessária a modificação do regime de execução dos serviços ou do modo de fornecimento, em razão de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos originalmente pactuados;

V — quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, vedada a antecipação de pagamento sem a correspondente execução dos serviços;

VI — para restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da CONTRATADA e a remuneração devida pela CONTRATANTE, nas hipóteses legalmente admitidas de desequilíbrio econômico-financeiro.

18.3. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, ressalvadas as supressões resultantes de acordo entre as partes.

18.4. Nenhuma alteração poderá modificar a natureza do objeto, afastar a obrigação de licitar, reduzir os níveis mínimos de serviço, comprometer a matriz de riscos, fragilizar a fiscalização contratual ou transferir à GoiásFomento riscos e encargos atribuídos à CONTRATADA.

18.5. As alterações contratuais deverão ser precedidas de justificativa técnica, análise de compatibilidade com o Termo de Referência e a Matriz de Riscos, demonstração de vantajosidade, indicação do impacto econômico-financeiro, manifestação das áreas competentes e autorização da autoridade competente.

18.6. Alterações operacionais de rotina, ajustes de instalação, remanejamentos autorizados de equipamentos, atualização de softwares, substituições por equipamentos equivalentes ou superiores e demais providências necessárias à execução regular do objeto não gerarão direito a acréscimo de preço quando já compreendidas nas obrigações da CONTRATADA.

18.7. A alteração contratual não poderá ser utilizada para sanar falha de planejamento, erro de proposta, insuficiência de estrutura técnica, deficiência logística, incompatibilidade da solução ofertada ou qualquer outro fato imputável à CONTRATADA.

18.8. A formalização de alteração contratual não afasta a responsabilidade da CONTRATADA por obrigações vencidas, falhas anteriores, glosas, sanções, danos ou demais consequências decorrentes da execução contratual.

19. – DA PUBLICAÇÃO

19.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste contrato na Imprensa Oficial em forma resumida.

20. – NORMAS ANTICORRUPÇÃO, LGPD E CONDIÇÕES GERAIS

20.1. A CONTRATADA declara conhecer e cumprir a Lei Federal nº 12.846/2013, comprometendo-se a não praticar, tolerar, financiar, incentivar ou concorrer para atos lesivos à Administração Pública, fraude, corrupção, pagamento de vantagem indevida, combinação de propostas, frustração do caráter competitivo da licitação, conflito de interesses ou qualquer conduta incompatível com a execução regular deste Contrato, devendo manter, durante toda a vigência contratual, conduta íntegra, ética e transparente, bem como comunicar imediatamente à GoiásFomento qualquer fato que possa caracterizar irregularidade, impedimento superveniente, sanção administrativa ou violação às normas de integridade.

20.2. A GoiásFomento poderá consultar, a qualquer tempo, o SICAF, CEIS, CNEP e demais cadastros oficiais pertinentes, inclusive antes da assinatura do contrato, durante sua execução e antes de pagamentos relevantes, para verificar a manutenção das condições de habilitação, idoneidade e inexistência de impedimentos, sendo que a superveniência de sanção, impedimento, declaração de inidoneidade, inclusão em cadastro restritivo ou prática de ato lesivo poderá ensejar retenção cautelar, glosa, aplicação de sanções, execução da garantia, rescisão contratual e comunicação aos órgãos competentes, observado o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

20.3. As partes comprometem-se a observar a Lei Federal nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, bem como as normas internas da GoiásFomento relativas à segurança da informação, sigilo, confidencialidade, controle de acesso e proteção de dados, cabendo à GoiásFomento atuar como controladora dos dados pessoais eventualmente tratados no âmbito da solução, e à CONTRATADA como operadora, realizando o tratamento apenas conforme as instruções da CONTRATANTE e nos limites necessários à execução do objeto.

20.4. A CONTRATADA deverá adotar medidas técnicas, administrativas e organizacionais aptas a proteger dados pessoais, dados institucionais, logs, relatórios, credenciais, registros de bilhetagem, históricos de impressão, informações de usuários, estações de trabalho, setores e centros de custo contra acesso não autorizado, perda, destruição, alteração, comunicação indevida ou tratamento inadequado, devendo comunicar à GoiásFomento, sem demora injustificada, qualquer incidente de segurança relevante, sendo vedada a utilização dos dados para finalidade diversa da execução contratual, inclusive treinamento de sistemas, formação de bases próprias, compartilhamento com terceiros, exploração comercial ou retenção indevida, subsistindo as obrigações de sigilo, confidencialidade, segurança da informação e proteção de dados após o encerramento contratual.

20.5. A CONTRATADA deverá manter conduta íntegra, ética e transparente durante toda a execução contratual, comunicando imediatamente à GoiásFomento qualquer fato que possa caracterizar irregularidade, fraude, vantagem indevida, conflito de interesses ou violação às normas anticorrupção, sem prejuízo da apuração de responsabilidades e da aplicação das medidas contratuais cabíveis.

20.6. A CONTRATADA deverá observar as diretrizes de sustentabilidade, responsabilidade social, ambiental e climática aplicáveis à contratação, especialmente quanto ao uso eficiente de recursos, à logística reversa, à destinação ambientalmente adequada de resíduos, ao fornecimento de equipamentos energeticamente eficientes e ao cumprimento das obrigações ambientais previstas neste Contrato, no Termo de Referência e na legislação aplicável.

20.7. É vedada à CONTRATADA a transferência, cessão ou repasse a terceiros dos direitos e obrigações decorrentes deste Contrato sem prévia e expressa anuência da GoiásFomento e formalização pelo instrumento cabível, observadas as vedações específicas relativas à subcontratação e à execução direta do objeto.

20.8. A CONTRATADA deverá manter sigilo e confidencialidade sobre informações, documentos, dados, acessos, credenciais, sistemas, rotinas internas, configurações, registros e quaisquer elementos de que tenha conhecimento em razão da execução contratual, vedada sua divulgação, utilização indevida ou compartilhamento sem autorização prévia e expressa da GoiásFomento.

20.9. As obrigações de sigilo, confidencialidade, proteção de dados, integridade, sustentabilidade, responsabilidade ambiental e reparação de danos subsistirão ao encerramento do Contrato, enquanto necessárias à proteção dos interesses da GoiásFomento, de terceiros e da Administração Pública.

20.10. O descumprimento das disposições desta cláusula poderá ensejar glosas, sanções administrativas, execução da garantia, rescisão contratual, reparação integral de danos e a

21. – DO FORO

Para dirimir as questões porventura oriundas do presente contrato, elegem as partes o foro desta Comarca de Goiânia-GO, com exclusão de qualquer outro, por mais especial que seja.

Goiânia - Goiás, [data].

Pela CONTRATANTE:

[NOME]
[IDENTIFICAÇÃO]

Pela CONTRATADA:

[NOME]
[IDENTIFICAÇÃO]

Testemunhas:

1: Nome:

2: Nome:

ANEXO VI – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

ANEXO VI.1 — DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, Município de _____, Estado de _____, CEP _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 003/2026, instaurado pela Agência de Fomento de Goiás S.A. — GoiásFomento, no âmbito do Processo SEI nº 202600059000402, DECLARA EXPRESSAMENTE,

sob as penas da lei, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Local e data.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome do representante: _____

Cargo/função: _____

Identidade: _____

CPF: _____

OBS.: A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa licitante, quando houver.

ANEXO VI.2 — DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE E AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal ou bastante procurador, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 003/2026, instaurado pela Agência de Fomento de Goiás S.A. — GoiásFomento, no âmbito do Processo SEI nº 202600059000402, cujo objeto consiste na contratação de serviços continuados de outsourcing de impressão, cópia e digitalização, conforme especificações constantes do Edital, do Termo de Referência e de seus anexos, DECLARA,

sob as penas da lei, que:

I — não se encontra impedida, suspensa ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a GoiásFomento, nem está sujeita a qualquer sanção ou restrição que impeça sua participação no certame ou a celebração do contrato;

II — não incide em qualquer das hipóteses de impedimento à participação previstas no Edital, no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento, na Lei Federal nº 13.303/2016 ou na legislação aplicável;

III — seus sócios, administradores, dirigentes, representantes legais, procuradores, responsáveis técnicos ou integrantes de seu quadro societário não se enquadram em situação de impedimento, conflito de interesses, incompatibilidade ou vedação legal ou regulamentar que obste a contratação com a GoiásFomento;

IV — não possui, em seu quadro societário, administrativo ou técnico, pessoa que mantenha vínculo de parentesco, até o terceiro grau, em linha reta, colateral ou por afinidade, com dirigente, empregado, servidor, agente público ou colaborador da GoiásFomento que atue ou tenha atuado na fase preparatória, na condução, no julgamento, na fiscalização ou na gestão da contratação, quando tal vínculo caracterizar impedimento ou conflito de interesses, nos termos do Edital e da legislação aplicável;

V — compromete-se a comunicar imediatamente à GoiásFomento a superveniência de qualquer fato impeditivo, restritivo ou modificativo das condições ora declaradas.

Local e data.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome do representante: _____
Cargo/função: _____
Identidade: _____
CPF: _____

OBS.: A falsidade desta declaração sujeitará a licitante às sanções previstas no Edital, no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento, na Lei Federal nº 13.303/2016 e na legislação civil, administrativa e penal aplicável.

ANEXO VI.3 — DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 003/2026, instaurado pela Agência de Fomento de Goiás S.A. — GoiásFomento, no âmbito do Processo SEI nº 202600059000402,

DECLARA, sob as penas da lei, que se enquadra como:

- ☐ Microempresa — ME;
- ☐ Empresa de Pequeno Porte — EPP;
- ☐ Microempreendedor Individual — MEI, quando aplicável;

e que cumpre os requisitos legais para usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006, inclusive quanto aos arts. 42 a 49, não incidindo em qualquer das hipóteses de vedação previstas no § 4º do art. 3º da referida Lei Complementar.

Declara, ainda, estar ciente de que a falsidade desta declaração poderá caracterizar ilícito administrativo e penal, inclusive o crime previsto no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Edital, no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da GoiásFomento e na legislação aplicável.

Local e data.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome do representante: _____

Cargo/função: _____

Identidade: _____

CPF: _____

ANEXO VI.4 — DECLARAÇÃO RELATIVA À POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA — PRSAC

À AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S.A. — GOIÁSFOMENTO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, interessada em participar do Pregão Eletrônico nº 002/2026, Processo SEI nº 202600059000402,

DECLARA,

sob as penas da lei, especialmente para os fins do Edital, da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática — PRSAC da GoiásFomento e da legislação aplicável, que a empresa, suas eventuais filiais, seus sócios, administradores e representantes, conforme aplicável:

I — não exercem atividade que incentive, explore ou favoreça prostituição, exploração sexual ou prática incompatível com a dignidade da pessoa humana;

II — não exploram, nem foram condenados por explorar, trabalhadores em condições análogas às de escravo, trabalho forçado ou trabalho degradante;

III — observam as normas de combate à discriminação de raça, cor, sexo, gênero, origem, idade, deficiência ou qualquer outra forma de discriminação ilícita;

IV — observam a legislação relativa à proibição do trabalho infantil e à proteção do trabalho do adolescente;

V — não se encontram alocados, instalados ou operando em áreas embargadas por órgão ambiental competente, inclusive pelo IBAMA, quando aplicável;

VI — não promoveram invasão de terras indígenas, unidades de conservação, áreas públicas ou privadas, nem foram condenados por atos dessa natureza;

VII — não foram condenados por conflitos agrários, grilagem de terras, falsidade documental ou violência na obtenção de título de posse ou propriedade de terras públicas ou privadas;

VIII — observam a legislação ambiental aplicável às suas atividades, não tendo sido condenados por crime ambiental que inviabilize sua contratação com a GoiásFomento;

IX — não comercializam armas de fogo ou munições como atividade econômica principal ou relevante, quando tal atividade for incompatível com as políticas internas da GoiásFomento;

X — não realizam extração de madeira, produção de lenha ou carvão vegetal provenientes de florestas nativas em desacordo com a legislação ambiental;

XI — não executam extração, industrialização, comercialização ou utilização irregular de asbesto/amianto, em desacordo com a legislação aplicável;

XII — não exploram jogos de prognósticos, jogos de azar ou atividades assemelhadas em desacordo com a legislação aplicável;

XIII — comprometem-se, na execução do objeto licitado, a observar as exigências de sustentabilidade, logística reversa, destinação ambientalmente adequada de resíduos, eficiência energética dos equipamentos e demais obrigações socioambientais previstas no Edital, no Termo de Referência, na Matriz de Riscos e no Contrato.

Local e data.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome do representante: _____

Cargo/função: _____

Identidade: _____

CPF: _____